



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU
PROGRAMA INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS EM
DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS AMAZÔNICAS
CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL E MANEJO DE PAISAGEM

ANTÔNIO ARTHUR CRUZ DO NASCIMENTO

**AGRICULTURA CAMPONESA, SUSTENTABILIDADE E ESTABILIZAÇÃO
TERRITORIAL EM SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ - PA**

Belém-PA
2017

ANTÔNIO ARTHUR CRUZ DO NASCIMENTO

**AGRICULTURA CAMPONESA, SUSTENTABILIDADE E ESTABILIZAÇÃO
TERRITORIAL EM SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ - PA**

Monografia apresentada Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem.
Orientador: Professor Carlos Valério Aguiar Gomes, Ph.D.

Belém – Pará
2017

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Nascimento, Antônio Arthur Cruz do

Agricultura camponesa, sustentabilidade e estabilização territorial em Santo Antônio do Tauá-PA/ Antônio Arthur Cruz do Nascimento; Orientador Carlos Valério Aguiar Gomes. - 2017.

64 f.: il.; 30 cm

Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem, Belém, 2017.

1. Agricultura - Santo Antônio do Tauá (PA). 2. Camponeses - Santo Antônio do Tauá (PA). 3. Agricultura - Santo Antônio do Tauá (PA). I. Gomes, Carlos Valério Aguiar, orientador II. Título.

CDD 22. ed. 333.72098115

ANTÔNIO ARTHUR CRUZ DO NASCIMENTO

**AGRICULTURA CAMPONESA, SUSTENTABILIDADE E ESTABILIZAÇÃO
TERRITORIAL EM SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ - PA**

Monografia apresentada Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem.
Orientador: Professor Carlos Valério Aguiar Gomes, Ph.D.

Aprovada em: __/__/____

Banca Examinadora:

Prof. Carlos Valério Aguiar Gomes, Ph.D.
(Orientador – NCADR/UFPA)

Profa. Dra. Lívia de Freitas Navegantes Alves
(Examinadora – NAEA/UFPA)

Profa. Dra. Cátia Oliveira Macedo
(Examinadora – UEPA)

Conceito: _____

Belém – Pará
2017

Agradecimentos

Este trabalho é fruto do esforço de pessoas importantes, elementares em toda minha carreira estudantil e profissional, por isso, agradeço primeiramente a Deus, a força universal que conduz nossas vidas ao bem e nos protege das desventuras.

Agradeço, claro, a minha mãe, Altina, que desde tão cedo me mostrou que o caminho do conhecimento é árduo e prazeroso, ao meu irmão Arllon que tanto me orgulha, agradeço também a toda minha família, pelos momentos de apoio e incentivo.

Agradeço a Tia Mercês e ao Tio Sérgio, ao Gustavo e a Bibi por tão importante e gostosa acolhida, na mesma medida agradeço a minha família Luz, a Vanessa, mais que irmã, a mãe Venuz, ao tio Beto e a Vovó, que me deram e dão mais que um teto nesses momentos de dificuldades e desafios. Eu nunca vou a agradecer a altura. De coração agradeço também as meninas, Lety e Ingledir, por estarem comigo em mais uma fase nova da vida, mais um desafio, quase dez anos de amizade.

Agradeço ao rigor, a compreensão, flexibilidade do Valério, mais que orientador já tornou-se um amigo, o qual foi fundamental pra finalização deste trabalho.

Devo agradecer a turma do FIPAM 2016, minha primeira família no NAEA, foi um golpe de sorte reunir tanta gente boa, competente, engajada e divertida, vou sentir falta do clima nas aulas, fiz amizades que pretendo levar pra vida, em especial a da Rafa, Leida, Cyane, Suellen, Adriano, Luciana, Driane e Cris!

Agradeço aos moradores de Taperinha e de João Coelho pela hospitalidade e disposição em reservar uma parte dos seus dias para me receber. Agradeço em especial e com carinho a Noeli, Jailson e a Géssica pelas ajudas nas visitas a campo.

Agradeço ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pelo esforço de manter um curso com tradição como o FIPAM, ainda gratuitamente mesmo num cenário de cortes de investimentos na academia e ilegitimidade de governo. Me faz ter certeza que o caminho é sem dúvida, o conhecimento.

RESUMO

Este trabalho considera os desafios do desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira, estando esta na agenda de desenvolvimento ligada à exploração de recursos naturais, com políticas de estado contraditórias, recortando da fronteira antiga do nordeste paraense, o município de Santo Antônio do Tauá em duas comunidades com trajetórias socioespaciais diferentes para entender a relação do campesinato com o desenvolvimento sustentável. Analisa-se ainda até que ponto as práticas agrícolas camponesas muitas vezes conceituadas como insustentáveis respondem de fato pela degradação florestal e dos recursos hídricos nos territórios de desenvolvimento da agricultura camponesa regional. Metodologicamente utiliza-se de visitas a campo e entrevistas semi estruturadas com agricultores para compreender os processos de sustentabilidade dos agrossistemas além de mobilização teórica de trajetórias agrícolas na Amazônia e sujeitos no campo. Conclui-se que a necessidade de abordagens teórico e metodologicamente mais amplas são imprescindíveis para abstrair elementos do agrossistema familiar responsáveis pela manutenção da sustentabilidade, elementos que transcendem a análise técnica de plantios e práticas, que incorporam decisões socioeconômicas em momentos de crise, de auge produtivo, de emprego de mão de obra e de escolhas sobre culturas e áreas.

Palavras-chave: Agricultura camponesa, trajetórias agrícolas, sustentabilidade.

ABSTRACT

This work considers the challenges of sustainable development in the Brazilian Amazon, which is on the agenda of development linked to the exploitation of natural resources, with contradictory state policies, cutting the municipality of Santo Antônio do Tauá in two communities with different socio-spatial trajectories to understand the relation of the peasantry to sustainable development. It is also analyzed the extent to which peasant agricultural practices often considered as unsustainable in fact respond to forest degradation and water resources in the developmental territories of regional peasant agriculture. Methodologically, field visits and semi-structured interviews with farmers are used to understand the processes of sustainability of agrosystems, besides the theoretical mobilization of agricultural trajectories in the Amazon and subjects in the field. It is concluded that the need for theoretically and methodologically broader approaches are essential to abstract elements of the family agro-system responsible for maintaining sustainability, elements that transcend the technical analysis of plantations and practices, which incorporate socioeconomic decisions in times of crisis, productive boom , employment of labor and choices about crops and areas.

Keywords: Peasant agriculture, agricultural trajectories, sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 01	Localização do Município de Santo Antônio do Tauá – PA, destaque para a comunidade de Taperinha e João Coelho.	11
Figura 01	Palhas secas utilizadas para conter a lixiviação e aproveitar a luz solar, em João Coelho	56

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	9
2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	10
2.1 APORTE CONCEITUAL.....	12
2.2. PROCEDIMENTOS DE CAMPO.....	13
2.3 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
3 AGRICULTURAS AMAZÔNICAS, ABORDAGENS E TRAJETÓRIAS E A AÇÃO DO ESTADO	17
3.1. AS VISÕES DO CICLO DE FRONTEIRA E A ESTABILIZAÇÃO POR MEIO DA COMPLEXIFICAÇÃO	20
O ciclo de fronteira na Amazônia.....	21
A estabilização dos agrossistemas através da complexificação	24
4 TRAJETÓRIA SOCIAL E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ: ELUCIDAÇÕES TEÓRICAS E SUJEITOS	28
4.1 AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	30
4.2. AGRICULTURA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	38
A Comunidade de Taperinha	41
A comunidade de João Coelho	45
5 – ESTABILIZAÇÃO TERRITORIAL DA AGRICULTURA CAMPONESA EM SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	60

1 – INTRODUÇÃO

A Amazônia Brasileira, em especial na última metade do século passado, tem sido incorporada estrategicamente como fronteira de recursos nas agendas nacionais de desenvolvimento. Esta inserção confere a região uma função intrinsecamente ligada a fonte de recursos fundamentais a reprodução capitalista.

Esta inserção tem funcionado como um catalizador de conflitos socioambientais e territoriais inerentes aos diferentes modelos de uso e ocupação que tem se materializado na região, neste ínterim, a produção agrícola figura como demonstrativo importante do quadro de complexidade regional envolvendo produtividade agrícola, sustentabilidade e atores sociais.

Neste contexto, os esforços de compreensão do papel da agricultura camponesa num contexto de constante avanço do capitalismo no campo e de proeminência no debate ambiental no que concerne ao quadro de estratégias socioambientais e econômicas de sustentabilidade são fundamentais.

A necessidade de revisitação teórica de conceitos a partir de bases empíricas reside não apenas no aprimoramento dos debates e categorizações científicas, porém, em última instância, devem servir para composição de agendas políticas mais holísticas, construídas de formas participativas e integradas, e voltadas ao desenvolvimento regional com bases sustentáveis.

Atendo as reflexões no plano teórico e empírico este trabalho questiona como a agricultura familiar na Amazônia tem conseguido responder aos esforços teóricos de conceituação de sustentabilidade visto a heterogeneidade das relações materializadas nos territórios.

Neste aspecto, analisa-se ainda até que ponto as práticas agrícolas muitas vezes conceituadas como insustentáveis respondem de fato pela degradação florestal e dos recursos hídricos nos territórios de desenvolvimento da agricultura familiar regional? Obviamente, responder a esses questionamentos em amplo contexto

regional exigiria grandes esforços empíricos das diversas realidades do pequeno agricultor na região, o que extrapola o escopo desse trabalho. Porém, o estudo da comunidade de Taperinha e João Coelho, em Santo Antônio do Tauá no nordeste paraense, representa um importante exemplo para reflexões sobre as múltiplas realidades e trajetórias do camponês na Amazônia.

Assim, o objetivo central deste trabalho pauta-se em analisar as relações entre trajetórias e modelos de produção agrícola familiar diferenciados que territorializam-se ao longo de processos distintos de ocupação e que atualmente configuram a dinâmica produtiva do município de Santo Antônio do Tauá, compondo aspectos dos modelos percebidos como predatórios, modelos tradicionais e os que mais claramente encorpam a ideia de "sustentabilidade".

2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

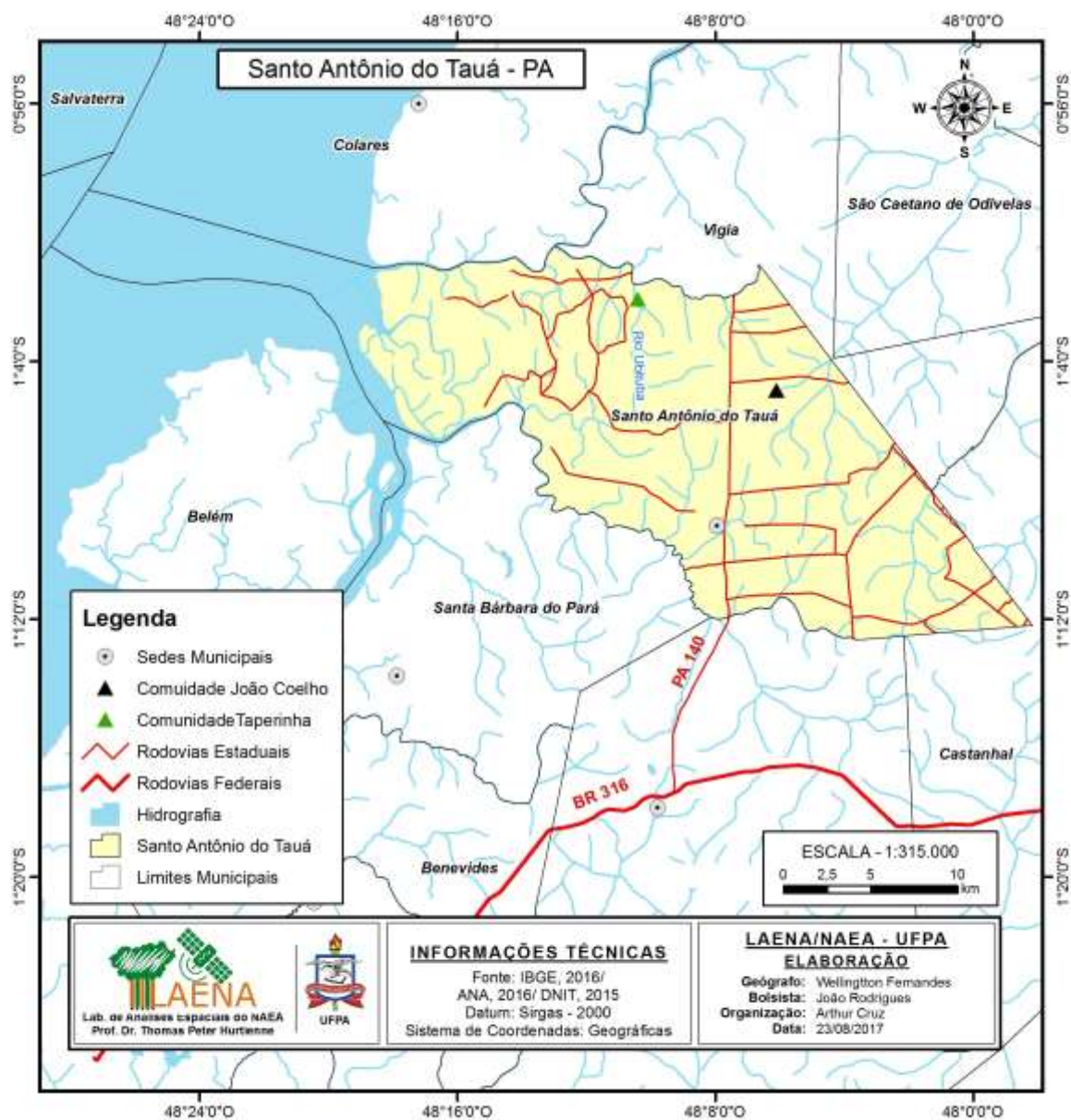
A base empírica destas reflexões recorta na realidade do meio rural do município de Santo Antônio do Tauá, no nordeste paraense. Os critérios desta escolha mobilizam elementos de escalas diversas: o nordeste paraense é uma das regiões de consolidação de fronteira agrícola mais antigas e importantes da região amazônica, destinada *a priori*, aos colonos nordestinos e migrantes de outras regiões que chegaram na Amazônia no século passado em momentos diferenciados, porém designados a consolidar uma faixa de produção agrícola até a região bragantina, destinada ao abastecimento dos mercados da Grande Belém.

A consolidação deste campesinato gradativamente foi apresentando equívocos e êxitos e é objeto de estudos diversos (COSTA, 1992, 1994, 1996, 1997, 2000a; HURTIENNE, 1997/98, 2004, 2005) que procuram, dentre outros enfoques, compreender a relação da agricultura de pequenos estabelecimentos com desenvolvimento rural sustentável.

Em Santo Antônio do Tauá, priorizou-se a escolha de duas comunidades com trajetórias socioespaciais diferenciadas tanto pela densidade demográfica, quanto

pela história de ocupação e acesso a elementos fundamentais no circuito econômico da produção agrícola, como a infraestrutura e mercados. No mapa a seguir, dispõe-se da localização do recorte do estudo.

Mapa 01: Localização do Município de Santo Antônio do Tauá – PA, destaque para a comunidade de Taperinha e João Coelho.



A primeira, a comunidade de “Taperinha” tem sua formação socioespacial determinada diretamente pelo padrão de ocupação da região funcionalizado pelos rios

amazônicos, apresenta portanto uma estrutura fundiária diferenciada dos lotes agrícolas destinados a colonização da segunda metade do século XX.

A segunda, localizada a Travessa João Coelho foi formada pela colonização ordenada pelo poder público e por mãos nordestinas imigrantes no período de concessão de posse de lotes agrícolas, destinados a produção que abasteceria os mercados da capital a partir de uma integração ligada as estradas no interior da floresta.

No mesmo município, a análise da territorialização do agronegócio do dendê imprime ainda relações diferenciadas com os admitidos "recursos naturais" e a sociedade, imprimindo, pela diferenciação nos padrões produtivos, consequências diferenciadas no que tange ao ecológico, econômico e social e ajuda, neste trabalho, a compreender a postura do poder público quanto a financiamento e fomento da atividade, além do formato de atuação do agronegócio diante das agendas de desenvolvimento sustentável.

A construção metodológica desta pesquisa é pautada em revisões bibliográficas que elucidaram teoricamente quais os pontos de avanço no debate sobre campesinato, estratégias de sustentabilidade agrícola e trajetórias sociais. A interface destes elementos com os dados empíricos foi possível através de visitas de campo a estabelecimentos agrícolas das duas comunidades, além da incorporação de dados primários obtidos em trabalhos anteriores relativos ao agronegócio de dendê no município. Mobilizando todos estes elementos no horizonte qualitativo de análise que pauta esta pesquisa.

2.1 APORTE CONCEITUAL

A compreensão do papel desempenhado pela dinâmica e pela diversidade da produção rural familiar na Amazônia por estudos que buscam entender sua viabilidade socioambiental tem encontrado, teórico e metodologicamente dois caminhos diversos, há dois pressupostos básicos neste bojo, para Hurtienne (199, p. 80-82) estes se edificam na tese do “ciclo de fronteira” e na “estabilização relativa por meio da

complexificação”.

A primeira credita insustentabilidade à agricultura familiar por identificar nesta uma dinâmica produtiva e de uso da terra que pressupõe o avanço constante contra coberturas vegetais primárias e secundárias como vetor básico de produtividade, um caráter notadamente nômade através do sistema derrubada e queima. Portanto, o caráter “empírico” e “arcaico” (PENTEADO, 1967, p. 470) da agricultura familiar nas frentes de fronteira conferiria a esta o fardo de dizimar manchas vegetais no território e viabilizar posteriormente a inserção de empreendimentos agrícolas tecnologicamente e economicamente aptos a *desenvolver* a região nas áreas “abandonadas” (áreas assim, já desmatadas) pelos agricultores familiares.

Outra perspectiva nos levam a entender a realidade socioprodutiva da agricultura camponesa tauaense dentro da tese de autores como Costa *et al.* (2000a) defendem de “estabilização relativa por meio da complexificação”, demonstrando que em áreas de colonização mais pretérita (como no nordeste paraense), a agricultura camponesa, através da combinação de agricultura perene, temporária e criação de pequenos animais promoveu uma diversificação de seus sistemas produtivos resultando na superação da agricultura itinerante, diminuindo significativamente, portanto, a pressão sobre áreas de floresta primária e/ou secundária.

A compreensão destes aportes teóricos, aliados a ideia de sustentabilidade pensada por Nascimento (2012) dentro de uma abordagem que considera referências mais amplas além da sustentabilidade econômica, ecológica e social ajudam a compreender de forma mais intrínseca as estratégias de manutenção da produção de pequenos produtores rurais no município diante da necessidade reprodutiva inerente a sustentabilidade.

2.2. PROCEDIMENTOS DE CAMPO

Para a investigação destas tendências teóricas e suas capacidades explicativas no recorte pensado, as entrevistas com servidores da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) questionaram qual a amplitude de

visitas técnicas por estabelecimento nas duas comunidades além da periodicidade.

Já as visitas a campo se efetivaram entre junho e agosto de 2017, totalizando das duas comunidades, 2 semanas de campo. Priorizou-se um espaço amostral de pelo menos 2 estabelecimentos por cada variável de plantio e modelo de organização produtiva por comunidade (como o subtipo hortas + permanentes por exemplo), totalizando visitas a cerca de 40 estabelecimentos no total, 29 em João Coelho e 11 em Taperinha, respeitando as proporções demográficas e territoriais de cada comunidade para uma abrangência mais demonstrativa.

Dentro de um percurso metodológico que privilegia uma abordagem qualitativa, as entrevistas semi estruturadas com os agricultores das duas comunidades indagaram sobre o tempo de propriedade, forma de acesso à terra, além da titulação do estabelecimento, estes questionamentos remontam a um fator fundamental defendido por Hurtienne e Costa e compreendidos neste trabalho como basilar para a estabilidade da agricultura familiar camponesa através da complexificação do agrossistema: a segurança fundiária.

Em relação as capacidades técnicas e conhecimentos empregados no agrossistema para a manutenção da sustentabilidade e estabilidade deste, questionou-se a idade da área plantada além da extensão desta área em relação ao tamanho da propriedade, sobre as estratégias de manejo da superfície através dos ciclos de pousio, sua extensão temporal e espacial e as culturas que em que esta técnica era utilizada, a destinação ou não de áreas para cobertura vegetal ou manejo de eventuais corpos hídricos, incorporando nestes questionamentos os motivos que orientaram a decisão do núcleo familiar em relação a esta variável, questionou-se ainda o emprego de agrotóxicos e insumos agrícolas e quais culturas demandavam (ou não) este emprego além da participação de assistência técnica nos sistemas familiares, seja através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), esta última, presente no município.

Estes questionamentos introduziram na análise a amplitude do que seria a ligação entre condições do estabelecimento assegurar a reprodução econômica do

núcleo familiar camponês e a noção de manejo adequado dos recursos naturais, seja em função de uma manutenção óbvia para constante otimização do meio fundamental de obtenção de renda, a terra e o agrossistema ou ainda da associação desta otimização com uma consciência ecológica mais apurada nos meios de difusão da informação.

Na mesma oportunidade, questionou-se sobre a mão de obra empregada no estabelecimento, se era familiar, assalariada e/ou como funcionava o acordo de absorção de braços de trabalho de não membros da família, ainda sobre a participação majoritária ou absoluta da renda obtida da terra no orçamento familiar, também sobre quais eram os principais mercados consumidores além da destinação e condição de escoamento dos produtos agrícolas.

Para fechar a dimensão econômica da análise dos estabelecimentos familiares, questionou-se sobre o acesso a financiamentos públicos destinados ao segmento, destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹. Estes questionamentos reuniram elementos empíricos importantes para pensar a obtenção e a funcionalidade da renda dentro do estabelecimento e das relações de trabalho dentro do modelo produtivo camponês.

2.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O primeiro capítulo versa brevemente sobre o percurso histórico de abordagem da relação sobre agricultura camponesa e sustentabilidade, procurando identificar como visões distorcidas sobre o segmento aliado a uma racionalidade desenvolvimentista cartesiana do poder público nos anos 50/60 compreendiam a Amazônia como fronteira de reprodução do ciclo de acumulação capitalista, atrelando ao ideal de desenvolvimento provimento de estrutura financeira, técnica territorial a segmentos altamente capitalizados da produção agropecuária no mesmo contexto de marginalização das atividades realizadas em estabelecimentos rurais familiares.

Assim, explana-se a existência de duas correntes teóricas de explicação

¹ Considerando o Grupo B, do Programa, segmento destinado ao chamado pequeno agricultor familiar.

das trajetórias camponesas e sua relação com os bens naturais, a tese do ciclo de fronteira e da estabilização por meio da complexificação.

A posteriori, mergulha-se nos cenários agrícola do município de Santo Antônio do Tauá, buscando na sua formação socioespacial e das comunidades em estudo elementos que ajudem a entender a dinâmica territorial e agroprodutiva destes sujeitos no campo, além da caracterização da principal atividade capitalista no município, o agronegócio do dendê, e a comparação desta com seus elementos discursivos no que tange a sustentabilidade.

O capítulo a seguir reflete, dentro de uma análise entre a empiria e as abordagens teóricas, uma perspectiva diferenciada das visões homogeneizadoras e pejorativas da agricultura de pequenos estabelecimentos através da leitura de suas práticas cotidianas dentro de suas particularidades.

3 AGRICULTURAS AMAZÔNICAS, ABORDAGENS E TRAJETÓRIAS E A AÇÃO DO ESTADO

O meio agrário, precisamente no contexto amazônico, é formado pela atuação de diferentes modalidades de uso e apropriação territorial funcionalizadas por diferentes racionalidades de acesso e uso de bens naturais. Estas, historicamente conflitantes, imprimem de forma diferenciada suas marcas de reprodução no espaço, de acordo com condicionalidades econômicas, políticas, técnicas e culturais.

Majoritariamente, as ações de agentes econômicos fortes ganham legitimidade política na agenda pública, revestindo-se de ideologias, investimentos e amparos jurídicos, implementadas por discursos desenvolvimentistas e anunciadamente considerados modernos.

Apesar da intensificação e materialização desta concepção ocorrer de forma mais notável a partir da década de 60 (OLIVEIRA *et al* 2011), esta é presente desde a colonialidade, alimentada crescentemente pela oposição entre sociedade e natureza. Foi, de maneira mais incisiva, a partir da ditadura militar que a Amazônia figurou na agenda federal como extensa reserva de bens naturais utilitariamente necessários ao padrão de acumulação capitalista.

O paradigma racionalista e antropocêntrico no qual se sustentava a percepção das elites nacionais sobre a região amazônica - vista como uma fronteira de recursos, na qual o capital poderia refazer seu ciclo de acumulação a partir dos novos estoques disponíveis - e o contexto político econômico que colocava como meta principal promover o crescimento econômico do país foram determinantes na decisão do Estado atuar de forma mais incisiva na Amazônia (CASTRO, 2005). De acordo com Becker (2005) partindo da noção de progresso, esse crescimento era visto como algo linear e infinito e se baseava na incorporação de novas terras e recursos naturais, igualmente vistos como inesgotáveis. (OLIVEIRA *et al*, 2011, p. 70).

Assim, o Estado instrumentalizou instâncias jurídico-administrativas fundamentais para a viabilização do projeto desenvolvimentista, como a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e infraestrutura financeira específica, o Banco da Amazônia (BASA). A paralela implantação de redes rodoviárias, concessão de subsídios, a adoção de pacotes agrícolas da Revolução Verde além da atenção dada à pesquisa agropecuária e a extensão rural desenvolvidas

por instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) formam o pacote de atratividade a atuação capitalista nacional e internacional na região.

A atuação estatal resultou em difusas e contraditórias territorialização na região, com destaque aos agentes capitalizados que imprimiram suas trajetórias de extração de recursos da floresta em conflito com sujeitos sociais que já tinham estabelecido suas bases de reprodução socioeconômica na região além de sujeitos sociais atraídos para a Amazônia como mão de obra barata para empreendimentos empresariais.

Uma das frentes mais expressivas deste projeto para a região foi a implementação da fronteira agropecuária, aliando a oportunidade de redistribuição territorial da mão de obra que excedia em outras regiões do país à solução para a expansão capitalista pensada para a região (COSTA, 2000a) enquanto disponibilidade de braços a baixo custo.

Notadamente, os esforços institucionais de integrar uma região considerada vazia e isolada foram direcionados ao estímulo e fortalecimento da atividade agropecuária intensiva, com crescente demanda química e tendente a sistemas agroprodutivos ecologicamente simplificados com emprego intensivo de capital.

Segundo Costa (2000a) citado por Oliveira *et al* (2011) a estratégia de fortalecimento da agricultura moderna na região casava com as estratégias de fortalecimento da cadeia agroprodutiva das indústrias de insumos agrícolas, como tratores, agrotóxicos, sementes adubos químicos, ao passo que representava um contraponto institucional a agricultura familiar por além de considerar esta um vetor de atraso econômico da região, não era um potencial mercado consumidor da indústria de insumos, a estratégia se concentrou nas tentativas de implementação de um padrão agroprodutivo ordenado e simplificado nos moldes dos modelos europeus e do sul do país (COSTA, 1992).

A materialização desta modernidade anunciada no período foi a necessidade de "dominação" da natureza "bruta" amazônica através do desmatamento, como sinalizador de progresso e modernização além de representar "uma forma de legitimação da posse da terra, na medida em que representava a aplicação de trabalho na terra" (OLIVEIRA *et al*, 2011, p. 73). As atividades econômicas locais ligadas ao

extrativismo e a chamada agricultura itinerante foram crescentemente ligadas a causa de atraso econômico da região (Gourou, 1950; Mahar, 1978; Wagley, 1953 *apud* HURTIENNE, 2004). Neste bojo

A expansão de áreas de pastagem para o gado, subsidiada pelo governo e os poucos resultados econômicos das áreas produtivas levaram a um gigantesco desastre ecológico: mais da metade das áreas de floresta primária destruída nas décadas de 70 e 80 para abrir caminho às pastagens estava tão degradada após o primeiro ciclo de 6-8 anos que as terras tiveram de ser abandonadas (HURTIENNE, 2004, p. 189).

A estratégia, segundo o autor, diante da insustentabilidade das grandes fazendas de gado foi reorientar investimentos rumo as empresas de porte médio dedicadas a promoção de lavouras permanentes, incluindo algumas empresas familiares no nordeste paraense. No entanto, o fracasso ecológico e econômico do cultivo permanente em áreas grandes se deveu a suscetibilidade a fungos e plantas daninhas antes mesmo de completar uma década de implementação (Hurtienne, 2004).

Embora a pequena agricultura (de estabelecimentos de até 100 ha) responda por apenas 30% do desmatamento na década de 80 (Hurtienne, 2004; 2005), a concepção de atraso e degradação ligada a este segmento não dilui, porém expande e alimenta-se da responsabilização pelos quadros de degradação ambiental e atraso econômico nos discursos de instituições multilaterais e no imaginário da agenda governamental, carregando nos ombros, a ineficiência das estratégias cartesianas de desenvolvimento da Amazônia.

Assim, o contexto de I) crescente debate internacional em torno da problemática ambiental nos anos oitenta, como o desmatamento e o aumento dos níveis de CO² na atmosfera e II) a visão da região amazônica como pulmão do mundo, floresta de baixa resiliência e a ideia de solos pobres² "levou organizações internacionais como o Banco Mundial e os programas nacionais de desenvolvimento nos países industrializados a modificarem abruptamente sua percepção da Amazônia" (HURTIENNE, 2004, p. 194), em comparação com a ideia de uma fronteira infinita de recursos.

O custo, naturalmente, desta reorientação recaiu sobre as fronteiras formadas

² Sobre a visão da ecologia tropical clássica, ler Hurtienne (1997; 1998).

pelas atividades camponesas, aliada a compreensão homogênea de práticas em contextos ecológicos e territoriais completamente diversificados, reforçando a ideia de atraso socioeconômico e degradação: o título de *nutrient miners*, forjado em discursos como do Banco Mundial e de ONGs ambientalistas, conferia a estes a responsabilidade pelo desflorestamento diante da ideia de predominância uniforme de práticas rústicas como a "*shifting cultivation* que se nutre a fertilidade natural do solo, produzindo rendimentos baixos com métodos manuais, basicamente para a subsistência do próprio agricultor" (HURTIENNE, 2005, p. 41). Portanto, demandando constante avanço diante de áreas de cobertura florestal em busca de terras férteis, movimentando a produtividade agrícola aos custos de desflorestamento e queima constante.

A amplitude dos discursos que atribuíam à pequena agricultura amazônica um caráter homogêneo, nômade e insustentável foi efetivada pela emergência e prevalência de posições institucionais protecionistas em detrimento do forjamento e compreensão de estratégias de uso sustentável, marginalizando a agricultura familiar ao demarcar uma reorientação teórica em posicionamentos institucionais a partir de categorizações superficializadas, baseadas em estudos empíricos pontuais e limitados. "O uso sustentável somente parece possível nos grupos indígenas ou nas reservas extrativistas e nos sistemas agroflorestais dos cabocos e ribeirinhos" (WORLD BANK, 1992; BRAZIL, 1996; HURTIENNE, 2004, p. 195).

A atribuição dos desgastes ambientais e socioeconômicos da região são responsabilizados à "agricultura nômade" dos estabelecimentos camponeses, alicerçada na ideia de que esta funciona territorialmente numa cíclica, expandindo a fronteira agrícola em supressão da cobertura florestal.

3.1. AS VISÕES DO CICLO DE FRONTEIRA E A ESTABILIZAÇÃO POR MEIO DA COMPLEXIFICAÇÃO

A prevalência histórica da visão da pequena produção rural na Amazônia ligada ao nomadismo foi e é alimentada por sobrevoos metodológicos que tendem a uma homogeneização do segmento fincada em condicionantes considerados padrões lineares de trajetórias rurais.

Os condicionantes ecológicos (solos pobres e ácidos, chuvas fortes com alto

potencial de lixiviação, invasão das ervas daninhas e pragas), econômicos (falta de estrutura, alto custo de comercialização [...], falta de acesso à crédito e a assistência técnica), jurídicos (falta de títulos de propriedade) e sociais (tradições agrícolas não adaptadas) (HURTIENNE, 2005, p. 36).

Neste raciocínio, a tendência geral culminaria num esvaziamento rural em função da impraticabilidade da pequena produção pelo desgaste do solo e constante aumento dos custos de produção, corroborando na busca constante por novas terras (logo aumento do desmatamento) até que as antigas seriam vendidas para agentes capitalizados, capazes de manejar adequadamente o solo diante do alto emprego técnico e do acesso ao crédito. A mão de obra rural se reteria apenas nos postos de trabalho assalariados nos estabelecimentos modernos.

Os padrões historicamente diversos de uso da terra na região amazônica descredita o caráter empírico de abordagens homogeneizadoras, fator clássico atribuído à suposta capacidade teórica da tese de ciclo de fronteira explicar de forma uníssona a contribuição da pequena agricultura para a sustentabilidade.

O questionamento destes postulados tem sido apresentado através da tese de estabilização por meio da complexificação (COSTA, 1994), buscando demonstrar que as tendências ecológicas e econômicas compreendidas como lineares são, na realidade, dissolvidas em contextos socioeconômicos e ambientais profundamente diversos e apresentam perspectivas diferenciadas de entender a relação entre pequena produção rural e sustentabilidade.

Assim, no que tange a abordagens que verificam a viabilidade socioambiental da agricultura familiar, há dois pressupostos básicos, para Hurtienne (199, p. 80-82) que se edificam na tese do “ciclo de fronteira” e na “estabilização relativa por meio da complexificação”.

O ciclo de fronteira na Amazônia

O discurso baseado nos contextos materializados no sul do Brasil, especialmente no Paraná, deram subsídios para pensar a produção agrícola camponesa na Amazônia como uma atividade transitória, que se mantida cristalizaria o quadro de demência econômica e subdesenvolvimento, mas que tenderia, numa ideia evolucionária, a ceder territórios e mão de obra a setores capitalizados da produção

agropecuária.

Pontuando, a grosso modo, e baseando a análise nas leituras de Hurtienne (2005), a primeira fase deste processo seria o plantio, na via de derrubada da floresta primária, para atender a demanda de alimentos de centros urbanos imediatos a baixo custo. Na segunda fase, fragilizados pelos títulos de posse inseguros, infraestrutura inexistente ou ineficiente, por políticas de fomento destinadas a grandes empreendimentos e ainda pelo crescente empobrecimento do solo, a saída se apresenta como expulsão ou venda da terra a grande pecuária e/ou grandes plantações de perenes diante das crises nos agrossistemas. O resultado é a marginalização de agricultores familiares pela concentração da terra, além da migração para centros urbanos ou a busca por novas fronteiras e reiniciação do ciclo.

A insegurança dos títulos de posse e as políticas agrícolas assegurando prestígio aos empreendimentos intensivos em capital não figuram, no entanto, como condicionantes chave (ou elementares) na manutenção do ciclo, esta é assegurada pela caracterização arcaica aos sistemas agrícolas familiares, na medida em que anunciam a mecanização química e motorizada do campo como solução para o desenvolvimento sustentável e econômico no mesmo momento em que parâmetros genéricos atribuem sustentabilidade unicamente a práticas agrícolas indígenas e ribeirinhas, na lacuna de um do agrupamento em um único segmento de todas as outras trajetórias e modelos técnicos da pequena produção na região

Os estudos sobre dinâmica agrária da pequena produção na Amazônia absorveram de maneira generalizada a ideia de ciclo, aliando sua ocorrência ao aumento da possibilidade de acesso a terras mais baratas em função do aumento da malha rodoviária na região durante o governo autoritário, principalmente no Sul do Pará. A análise a partir da ideia de ciclo se fez presente em muitos estudos (HÉBETTE & ACEVEDO 1979, SCHMINK E WOOD 2012).

Apesar de muitas abordagens apresentarem limitações ligadas a ausência de holismo no que concerne aos vetores elementares da racionalidade de ciclo de fronteira e focar mais em consequências ecológicas muitas vezes dissociadas de causas multilaterais, em muitos aspectos, esta apresenta legitimidade a priori principalmente

ao considerar áreas de fronteiras recentes, como o sudeste do Pará. Em função de fatores complexos que incidem diretamente nas primeiras fases de territorialização e implementação da fronteira, como a insegurança fundiária, precariedade logística e adaptabilidade agroecológica dos recém chegados, notadamente por fronteiras, à luz de Guerra (2001), representarem espaços construídos por indivíduos de valores e trajetórias diversas.

Neste bojo, as análises da dinâmica de agrossistemas na região feita em áreas de avanço da fronteira capitalista, como o sudeste paraense, ganham amplitude analítica incumbidos de, em um único modelo, explicar a realidade de recortes com elementos agroecológicos e socioeconômicos completamente diferenciados como em áreas de colonização mais pretérita, como o Nordeste do Pará, que data dos anos 40-50 (Hurtienne, 2005).

A afirmação da ideia de irracionalidade agroecológica da agricultura camponesa como padrão para a Amazônia atravessou estudos importantes como de Felisberto Camargo, que entendia esta como

entregue à rotina sem receber a mínima assistência e orientação técnica, caminha a exemplo do índio, avança eternamente, derruba novas árvores todos os anos, prossegue nômade, mudando sempre de região, produzindo o mínimo com a destruição dessa riqueza secular que a cada passo é deitada abaixo e queimada inconscientemente (CAMARGO, 1948, *apud* CONCEIÇÃO, 1990, p. 8).

Clássicos estudos como os de Penteado ampliaram os debates nesta linha de raciocínio, pensando o estabelecimento camponês como "empírico"(s) e "arcaico"(s) (PENTEADO, 1967, p. 470). A chegada a estas conclusões, a despeito das contribuições ímpares de grandes análises, se fundamenta em trajetórias prejudicadas notadamente por equívocos metodológicos em recortes temporais e análises pouco sistêmicas dos agrossistemas, ignorando elementos fundamentais como a idade da colonização, a titulação de quantidade significativa dos estabelecimentos, o mercado consumidor crescente de Belém (até certo momento) e as perspectivas agroprodutivas ainda imprevisíveis para qualquer conclusão fechada à luz dos comportamentos agroecológicos e socioeconômicos de outras fronteiras da Amazônia, revelando que

Um dos problemas metodológicos fundamentais para qualquer estudo sobre campesinato no nordeste paraense é a necessidade de livrar-se dessas visões

superficiais predominantes, tentando realizar ao mesmo tempo uma revisão histórica da colonização e uma reconstrução das estruturas e dinâmicas de desenvolvimento dos sistemas de produção. (HURTIENNE, 2005, p.49).

O agrupamento de agrossistemas diversos em vários aspectos dentro de uma abordagem de tendência generalizada custou a legitimação do discurso de subdesenvolvimento a atividade agropecuária de pequeno porte em favorecimento as estratégias desenvolvimentistas dos anos 70 que privilegiaram a entrada do grande capital na região e, por tabela, a instalação de um modelo altamente danoso socioambientalmente.

A estabilização dos agrossistemas através da complexificação

As lacunas conceituais advindas da homogeneização teórico-metodológica das tentativas de compreender a produção diversa do camponês amazônico tornarem-se mais evidentes a partir de estudos como de Costa, tanto em análise do censo agropecuário como no viés teórico mais detalhista e holístico de compreender a dinâmica das estratégias de produção de pequeno porte na Amazônia (COSTA, 1992, 1996, 1997).

As análises de Costa apontavam para uma contra tendência à linearidade do ciclo de fronteira que condicionava a pequena produção a um quadro de contínua submissão produtiva e econômica ao capital em constante avanço no campo, ao demonstrar que os elementos associativos a racionalidade de ciclo de fronteira se efetivavam com mais rigor em áreas de fronteiras mais recentes enquanto que em áreas de colonização e ocupação mais pretéritas, como no nordeste do Pará (as quais o ciclo, em tese, já deveria ter cedido territórios familiares ao grande capital e proletarizado a mão de obra familiar).

A tendência observada materializava condições diferenciadas dos agricultores familiares reagirem a flutuações de mercado, condições nutricionais dos solos, pressão demográfica e concorrência com outros mercados para o abastecimento de Belém, notadamente a partir da construção da Belém-Brasília e a integração a fontes de bens agrícolas oriundos de Imperatriz, por exemplo.

Alguns condicionantes externos considerados essenciais à manutenção da dinâmica nômade atribuída a agricultura camponesa, no nordeste paraense por exemplo, como o encurtamento do ciclo de pousio em função da integração crescente aos mercados da Grande Belém e a pressão demográfica, empobrecimento dos solos, a queda no faturamento/estabelecimento e a incapacidade de investimentos de correção nutricional corroborando no quadro de empobrecimento econômico dos estabelecimentos foram tendências a dinâmica de ciclo que tiveram validade limitada e "funcionaram em certos períodos de crise dos sistemas de produção, mas não como tendências lineares e gerais de longo prazo" (HURTIENNE, 2005, p. 53).

Observando dados primários e secundários relativos à participação de culturas temporárias, anuais, perenes, a criação de animais de pequeno e grande porte além de uma análise sobre a "eficiência" da mão de obra familiar em detrimento de uma leitura do rendimento por unidade em pequenos estabelecimentos (em Uraim, Capitão Poço e Irituia) Costa aponta que a racionalidade específica camponesa diante de sinistros que ameaçam a manutenção da reprodução socioeconômica é fundamental e se sobrepõe a vícios de categorizações teóricas clássicas, na busca de maior eficiência no trabalho familiar. Dentre outros fatores que auxiliam neste quadro, a segurança fundiária e as possibilidades de integração a mercados consumidores figuram, no recorte deste trabalho, como elementos fundamentais neste processo.

A base decisiva para as reorientações produtivas da pequena agricultura opera com a disponibilidade de mão de obra familiar, o nível limite de fadiga e exploração desta mão de obra, os meios de produção como a terra, como também as possibilidades de mercados consumidores, elementos

fortemente condicionados pelos fatores "estruturais" em nível macro e meso como a taxa de monopólio (e a taxa de lucro) do capital mercantil, a relação dos preços do produto camponês e dos produtos industriais e a relação entre produtividade local e regional dos produtos. (HURTIENNE, 2005, p. 56).

Para o autor, estes "fatores estruturantes" agem em tendência contínua a corrosão das estratégias reprodutivas familiares, orientando estas para uma elevação do rendimento do trabalhador familiar e indicando que a luta entre as condições de produção familiar e estes fatores podem explicar as "tensões reprodutivas" (COSTA,

1997, p. 6), as chamadas crises agroecológicas e econômicas dos sistemas de produção, mas que não indicam uma submissão completa aos condicionantes externos. Porém representam uma mobilização de "esforços extras para mudanças incrementais ou até radicais dos sistemas de produção para superar as crises de reprodução" (HURTIENNE, 2005, p. 56).

A admissibilidade da dimensão socioeconômica e cultural para a leitura das dinâmicas agrossistêmicas indicaram perspectivas divergentes em relação ao ciclo de fronteira notadamente por considerar nuances fundamentais nos processos decisivos dos pequenos agricultores, indicando que

na Amazônia vem se verificando, desde os anos oitenta, entre os camponeses, um processo claro de reordenamento da base produtiva agrícola: a agricultura itinerante de derruba e queima - a *shifting cultivation* - vem cedendo lugar a sistemas agrícolas onde as culturas perenes e semiperenes tendem a apresentar importância crescente, ao lado de uma pecuária bovina de pequeno porte e da criação de pequenos animais (COSTA, 1997, p. 2).

A prevalência dessas mudanças é diversa em função da variação da densidade populacional, do tamanho das propriedades, da disponibilidade de terras por trabalhador rural, e do grau de monopolização capitalista (COSTA, 1997). A tendência destas variáveis de forma positiva, exceto da monopolização capitalista, indica uma maior intensidade das mudanças da dinâmica dos agrossistemas. O risco, segundo Hurtienne (2005) reside na abrangência de postular a tendência de estabilização por meio da complexificação como uniforme para o campesinato no Pará, nessa perspectiva, é importante entender que

esse grau variável de complexificação dos sistemas de produção familiar depende das formas particulares nas quais se desenvolvem as fronteiras de diversas idades e estruturas fundiárias, como resultado de uma complexa interação de fatores condicionantes, como os agroecológicos, as características específicas da ocupação territorial e o papel das políticas agrárias (HURTIENNE, 1999, p. 90).

Fatores fundamentais que diferenciam o modelo de territorialização camponesa no nordeste paraense de regiões como o sudeste do estado, na medida em que o nordeste do Pará já tinha "uma alta taxa de títulos de propriedade já distribuídos antes da construção da Belém-Brasília e uma estrutura fundiária concentrada na faixa de 25 até 50ha. (HURTIENNE, 1999, p.91)." Assim, as particularidades diversas comentadas acima que imprimem suas interferências nos padrões de acesso e uso dos bens

naturais e as relações dos agrossistemas com estes, ajudarão a compreender com mais lucidez o papel da agricultura realizada em pequenos estabelecimentos nestas relações, e as perspectivas de sustentabilidade associadas a este segmento, em Santo Antônio do Tauá.

4 TRAJETÓRIA SOCIAL E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ: ELUCIDAÇÕES TEÓRICAS E SUJEITOS

A compreensão da formação socioespacial tanto da zona urbana como da zona rural do município de Santo Antônio do Tauá remete ao padrão de ocupação funcionalizado pela colonização lusitana na Amazônia, além das sucessivas estratégias coloniais até o século XX.

Considerando os impulsos demográficos por vias fluviais entre os séculos XVII e XVIII em torno da ligação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará e de São Luís do Maranhão das fazendas de jesuítas e das sesmarias, nota-se um sentindo litorâneo de ocupação nas áreas que compreende, hoje, o município de Vigia de Nazaré. Na mesma medida em que os projetos de colonização agrícola no nordeste do Pará, século XIX e início do XX, imprimiram um padrão de ocupação basicamente em função da abertura de estradas, em torno da ligação que Vigia tinha com a estrada de ferro Belém – Bragança (PALHETA, 1980).

A mesma autora pontua que projeto de colonização agrícola era operacionalizado predominantemente por mãos familiares nordestinas trazidas pelos fluxos migratórios patrocinados pelo Estado e davam forma a padrões de ocupação firmados no então “caminho de Vigia”, aumentando aos passos do crescimento da economia da borracha na época e acompanhando de igual maneira seu decréscimo a partir da queda do sustentáculo econômico da borracha na Amazônia, período em que o valioso mercado de Belém começa a definhar.

A chegada de migrantes nordestinos Pará é fundamental para compreender o processo de ocupação e formação da fronteira agrícola no nordeste do estado:

ainda que fora da zona de influência dos seringais (CONCEIÇÃO, 1990; ROSÁRIO, 2000), a Bragantina não deixou de absorver os nordestinos que vieram procurar trabalho na Amazônia, alguns contribuindo de maneira provisória enquanto outras famílias de fato se fixaram, inclusive pela região dos campos (LEANDRO & SILVA, 2010, p. 8).

É período em que Palheta (1980) identifica como um redirecionamento

produtivo agrícola rumo “à atividades cujos produtos fossem de fácil colocação nos mercados locais, como à produção de lenha, carvão, madeira e mandioca.” (PALHETA, 1980, p. 24), e segue:

As ligações com os mercados locais e Belém, estabelecidos pelos colonos em lombos de burros para fugir ao ônus do transporte ferroviário, definiram o percurso da futura rodovia Belém – Bragança, paralela a ferrovia. Ao antigo caminho uniu-se o então “caminho de Vigia”, utilizado pela população dos núcleos coloniais ali estabelecidos. Dessa ligação, surgiu um pequeno aglomerado rural – o povoado de Santo Antônio do Tauá, que, mais tarde, iria se transformar em sede do município de mesmo nome. (PALHETA, 1980, p. 24).

Neste contexto de final do século XIX, a ocupação de áreas hoje cortadas pela PA 140, nordeste paraense, no começo do século XX foi efetuada por estes imigrantes que se fixaram, por exemplo, no que hoje é o município de Santo Antônio do Tauá e que aos poucos foram formando comunidades as margens da ligação (mais tarde transformada em rodovia estadual) que o município de Vigia tinha com a Estrada de Ferro Belém Bragança, a colonização agrícola da área através da abertura de vicinais foi fundamental neste processo.

Assim, a territorialidade camponesa ao longo dos Km 23 ao 29 no município de Santo Antônio do Tauá é estabelecida historicamente por famílias imigrantes do nordeste do país que povoaram o município desde a época que este ainda era distrito do município de Vigia (período anterior a 1961).

Os padrões de ocupação nas localidades mais antigas obedeceram tanto ao ordenamento territorial oriundo das políticas de colonização agrícola (portanto, em lotes divididos entre ramais transversais a PA 140) como aproveitaram as confluências destes com vias fluviais navegáveis (localização por exemplo, da sede municipal na atualidade), mas também mantiveram paralelamente as tendências de ocupação funcionalizadas pelos rios e ligações com outras localidades, imprimindo na atualidade uma diversidade de atividades rurais em função também das diferentes trajetórias de ocupação.

Este íterim garante a vocação essencialmente agrícola ao município na

atualidade, contando com cerca de 798 estabelecimentos familiares segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário de 2015, os quais apresentam diferenciações elementares entre agrossistemas, força de trabalho, intensidade técnica e de capital, superfície plantada, integração ao mercado e diferenciações no uso de bens naturais e impacto socioambiental.

4.1 AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

Notadamente, o meio agrário precisamente no contexto amazônico, tem sido palco de novas modalidades de uso e apropriação territorial funcionalizadas por diferentes racionalidades de acesso e uso de recursos, implementadas por discursos desenvolvimentistas considerados modernos, em Santo Antônio do Tauá, a onda de avanço capitalista no campo não foi diferente.

O processo de expansão do plantio de dendê na segunda metade do século XX condiciona a coexistência de formas de produção rural antagônicas e díspares no município, concentrando mais ainda a produção camponesa em comunidades mais distantes da PA 140 e reordenando a estrutura fundiária em função principalmente da monocultura do dendê.

O agronegócio como modalidade de produção agrícola vem transformando multidimensionalmente o meio agrário, desde a dimensão social, econômica até a ecológica e cultural por serem aliadas a um ágil e diferenciado vetor de produtividade, caracteristicamente mais dinâmico e internacionalmente interligado que surge no bojo de expansão do capitalismo no campo, o agronegócio.

Atuando por meio de superposições técnicas que perpassam pela mecanização agrícola, pelo uso de insumos químicos além de, para Ramos (2008), imprimir novas formas de controle e gestão do processo produtivo por parte de grandes conglomerados empresariais.

A interatividade em rede deste modelo é caracterizada pela produtividade destinada ao mercado agro exportador, criado pelas corporações transnacionais, que começou a ser formado nas décadas de 1940/50 e se concretizou nas décadas de

1980/90 do século passado (FERNANDES, 2010), estimulando concomitantemente o surgimento de pacotes tecnológicos agrícolas nascidos nos laboratórios de universidades e centros de pesquisa de países centrais e paulatinamente, integrados ao modelo de produção agrícola importado pelos setores periféricos do globo.

Ainda que este modelo seja proclamado como via de desenvolvimento uníssona, é, sobretudo, uma alternativa agroprodutiva embora seja politicamente e economicamente hegemônica, numa conjuntura de subsistemas não necessariamente agrícolas, mas que agem no meio rural e utilizam o território unicamente como meio para a obtenção de recursos comercializáveis (FERNANDES et al. 2014), composto de sistemas agrícola, pecuário, industrial mercantil, financeiro e tecnológico e coexiste com diversas formas de se produzir no campo.

A consolidação de diferentes trajetórias agrícolas, logo, de diferentes modelos de desenvolvimento rural e uso de bens naturais no município apresenta interferências diretas da postura do poder público diante do mosaico socioespacial camponês e empresarial através de políticas públicas segmentadas à determinadas produções agrícolas. O agronegócio em Santo Antônio do Tauá, nos termos discutidos, funcionaliza instâncias agrícolas e industriais fomentado pelas políticas de Estado para estímulo da monocultura de Dendê na década de 50 e passa a ganhar territórios no município em meados da década de 70 (NASCIMENTO & ALBUQUERQUE, 2015).

O meio agrário de Santo Antônio é, portanto, formado por diferentes territorializações: os anos posteriores a 1929 trazerem consigo novos sujeitos que passam, décadas mais tarde, a integrar a conjuntura agrária no município, imigrantes japoneses que chegaram ao estado do Pará.

Os japoneses vindos pelos incentivos migratórios através acordos mútuos do Estado Brasileiro e Japonês, eram destinados a políticas de povoamento da região amazônica, diferentemente dos imigrantes japoneses de 1908 que vieram para trabalhar nas lavouras de café no sudeste brasileiro. Para esta migração de povoamento, deve-se considerar inclusive o fato de o colono japonês recém chegado na Amazônia contar com 25 hectares doados para a fixação e produção deste na região, conforme analisa Tatsuo Ishizu (2011).

A chegada de novos sujeitos na conjuntura agrária amazônica é a práxis do discurso que compreendia que as práticas produtivas das populações tidas como tradicionais, no território amazônico, eram ineficazes para proporcionar o *desenvolvimento* da região, e que este só seria alcançado com a inserção de práticas e modelos exógenos.

Neste bojo, por exemplo, o imigrante japonês no nordeste paraense ganha espaço na medida em que sua chegada e fixação na região proveria um desenvolvimento agrícola que contou com incentivo e apoio do Estado, de uma escala macro à micro, estas decisões reordenam até hoje o território e determinam ainda relações estabelecidas entre o capital e, no caso, o camponês.

Nos alavancamos nesta assertiva considerando que toda a produção, da plantação ao beneficiamento e comercialização a nível local e nacional, do óleo de palma do dendê no município, por exemplo, está no monopólio de propriedades japonesas dentro dos liames do agronegócio.

As famílias japonesas que se instalaram no município de Santo Antônio do Tauá estão intrinsicamente ligadas à colônia japonesa do município de Santa Izabel do Pará e se territorializaram no município de maneira espontânea em relação a colônias japonesas como as do município de Tomé Açu, por exemplo. Desempenham uma agricultura modernizada e com infraestrutura de produção, escoamento e beneficiamento próprio, em superfícies de médias e grandes propriedades, articulando sua produção com verdadeiros *Impérios* do ramo alimentar, Pará afora. Para Van der Ploeg

O império é um modo de estruturação, uma forma específica de montar recursos materiais e institucionais numa rede cujas características estruturais implicam hierarquia e conquista, submissão e exclusão constantes. (VAN DER PLOEG, 2008 p. 95 *apud* SANTOS & TELÓ, 2011).

Sublinha-se o fato de que embora grande parte das propriedades sejam policultoras, o plantio de dendê é predominante e garante um caráter essencialmente capitalizado à cultura da palma, atribuindo destaque ao município no cenário de produção e extração de óleo da palma no estado.

A produtividade de dendê insere Santo Antônio do Tauá com destaque no

cenário de produção e extração do óleo da palma no estado, com destinação exclusiva a indústria alimentícia e perfeitamente encaixada no modelo de produção do agronegócio, nos centros agroindustriais das empresas Denpasa e Dentauá, ambas nascidas dentro no bojo do projeto político do Governo do Estado para plantio do dendê como agronegócio e situadas (também) no município.

Em pesquisa recente, Nascimento & Albuquerque (2015), explicamos que a Denpasa surge no ano de 1974 como DENPAL, fruto de estratégias da SUDAM e FRIBOCO, em contexto ligeiramente posterior,

Conforme Cruz (2006) no governo de Fernando Guilhon foi implantado um projeto que visava integrar agricultores familiares à cadeia produtiva do dendê, assim surgiu a CODENPA. A CODENPA e COPAMA, também dessa época, eram cooperativas formadas principalmente por famílias japonesas dos municípios de Santa Izabel, Santo Antônio do Tauá e Castanhal. Por motivos desconhecidos a CODENPA sofreu uma cisão que deu origem a DENTAUÁ com sede em Santa Izabel e usinas em Santo Antônio do Tauá (1984) e, há dez anos, em Concórdia (2004). Esta empresa se formou dessa cisão na cooperativa e também por iniciativa familiar, no caso da família Yamaguchi que concentra até hoje a administração da empresa. (NASCIMENTO & ALBUQUERQUE, 2015 p. 22).

Nesta pesquisa, esmiuçamos que o quadro produtivo destas empresas é composto pelos plantios próprio das empresas, como no caso da Dentauá, somando uma superfície de 2.100 hectares além das toneladas recebidas periodicamente pelos seus 21 fornecedores individuais, ao passo que, a Denpasa soma um total de 3.500 hectares também contando com seus 53 fornecedores. (NASCIMENTO & ALBUQUERQUE, 2015). As perspectivas são de aumento da área plantada a médio e longo prazo, segundo o quadro a seguir:

Empresa	Área Plantada (ha)	Meta de expansão até 2019
Agropalma	43.250	14.000
Biopalma	5.000	95.000
Condenpa/Denpasa	1.093	5.000
Dentauá	4.168	6.000

Galp Energia	-	150.000
Marborges	4.400	6.000
Palmasa	4.594	4.000
Rio Negro	500	5.000
Yossam	4.300	5.000
Vale do Rio Doce	-	26.000
TOTAL	67.350	316.000

Fonte: NAHUM & MALCHER (2013, p. 208) (grifo nosso)

Uma das várias perspectivas de aumento funcionaliza-se pela cadeia de comercialização em larga escala extra local, como no caso da Denpasa, que comercializa o óleo bruto (conhecido como *CPO*) com refinadoras de outras regiões do país, como a Cargil, Triângulo, Bunge e JBS, numa articulação dentro dos modelos de *impérios alimentares* de grandes conglomerados empresariais.

Assim, a despeito dos discursos desenvolvimentistas que encaparam a cultura da oleaginosa como uma possibilidade ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável para a Amazônia, principalmente nos primeiros surtos de inserção da década de 70, o comportamento dos principais produtores de dendê no município contestam a própria estratégia legitimadora.

Enquanto os discursos de proclamação da cultura dendeícola procuravam integrar esta aos territórios camponeses em parcerias na cadeia produtiva como resposta aos que alertavam sobre o risco de aumento da concentração de terra e renda já vivenciadas em outros ciclos produtivos, a produção de dendê no município se efetiva de forma dissociada do cerne produtivo camponês, distintamente do que se observa noutros campos dendeícolas no estado, como em Concórdia do Pará e em Moju³, diferente destes, a relação efetivada entre a propriedade capitalizada e o campesinato local se apresenta exclusivamente nos liames do trabalho assalariado,

³ Considerando as parcerias firmadas entre as empresas e os camponeses no plantio de dendê, como descrito por Couto *et al* 2012.

fixo ou temporário, resultante de uma demanda por mão de obra não só nos plantios de dendê, mas na absorção de trabalhadores nas refinarias das empresas.

É possível que essa dissociação seja justificada pela produção no município ser destinada a indústria alimentícia e não a produção de biocombustível, segmento que confere a admissibilidade de agricultores camponeses como ponto fundamental. No entanto, no que seria associado a uma possibilidade de sustentabilidade econômica e horizontalização de crescimento e desenvolvimento rural, a atividade apresenta números insuficientes para sustentar esta assertiva:

Para tanto, a empresa DENTAUÁ possui uma estimativa de empregos disponibilizados para moradores tanto de municípios quanto de outros próximos, 110 operando dentro da fábrica [...] 80 fora dela, no campo [...]. Já na DEMPASA, tem-se 46 dentro e 84 fora. (COSTA, 2015, p. 31).

A totalização de quase 300 empregos diretamente associados a produção de dendê no município demanda um detalhamento fundamental, primeiro que os cargos diretamente ligados as refinarias empregam mão de obra quase que absolutamente vinda da sede urbana do município e 10% de outros como Santa Isabel, Castanhal, Colares e São Caetano (COSTA, 2015), o que inibe a hipótese de vetor de desenvolvimento rural. A imprecisão sobre em quais refinarias e plantios empregam esta mão de obra também é um ponto duvidoso nos dados fornecidos a Mirian Costa no ano de sua pesquisa, considerando que a DENTAUÁ tem outra usina em Concórdia do Pará e a DEMPASA em Mosqueiro.

Na mesma medida, a mão de obra assalariada rural absorvida pelas empresas não advém majoritariamente de Santo Antônio do Tauá, pelo contrário, considerando que os maiores Projetos das empresas localizam-se no município de Castanhal e são ligados as duas refinarias pela PA 242, empregando trabalhadores principalmente de agrovilas deste município, Santa Terezinha e Iracema, conforme observamos em Nascimento & Albuquerque (2015).

Nesta pesquisa constatou-se que mais que um "indicativo de desenvolvimento", o assalariamento rural apresenta-se como um fator de impacto negativo a reprodução socioeconômica camponesa, em conversa com Mario Martins em 2014, agricultor de

Santa Terezinha que "contrata" trabalhadores rurais para seu retiro de mandioca, este afirmou sobre os trabalhadores assalariados do dendê e sua participação das atividades produtivas da comunidade:

"aí também até ficou dificultoso pra gente porque o funcionário da sococo e dentoá ele trabaia praticamente quinze dia no mês, só trabaia até meio dia quase todos os funcionários, aí quando eles vem trabaia pra gente quando tão com tempo, pego umas férias, final de semana, num fica um trabalhador que nem era antes né? Ficam mais mole um pouco, querendo matar uma hora. Por isso eu digo que a impresa deixa o trabalhador preguiçoso" (17/12/2014). A queixa do entrevistado diz respeito aos que trabalham com carteira assinada que quando "tiram" diária no retiro não fazem o trabalho com afimco. (NASCIMENTO & ALBUQUERQUE, 2015, p. 65).

Ainda em relação ao trabalho assalariado nos campos do dendê, observou-se que este, em Santa Terezinha, é uma alternativa temporária, subjugada por grande parte dos trabalhadores rurais assalariados ao trabalho na comunidade, indicando uma tendência de retorno as roças.

A distribuição de ganhos econômicos da atividade, dentro dos limites da mais valia do trabalho assalariado é canalizado, em Santo Antônio do Tauá, aos trabalhadores rurais dos fornecedores das empresas, que muitas vezes de forma indistinta atuam nas culturas da pimenta do reino, coco, mamão dentre outros, dificultando um cálculo preciso no que concerne a empregabilidade rural da dendeicultura e sua relação direta como fomentadora de crescimento econômico horizontalizado. Nesta perspectiva, é notável a importância econômica das atividades empresarias das duas empresas para Santo Antônio do Tauá nas proporções acima detalhadas no que concerne, também ao pagamento de tributos.

Uma leitura mais aprofundada da dendeicultura no que tange aos custos ecológicos da monocultura é importantíssima neste contexto analítico. A respeito dos números citados sobre superfície plantada, fica evidente que a simplificação dos agrossistemas do dendê gera subtração significativa da biodiversidade, tanto em áreas de pasto adquiridas para implantação de Projetos por parte das empresas, como em áreas de avanço contra mata secundária e primária por fornecedores e também plantios empresariais.

Estes custos associados ao uso de agrotóxicos somam-se aos impactos ambientais ligados diretamente ao centro de extração do óleo de palma:

sobre os despejos de resíduos sólidos nos igarapés, que ocorreu de forma intensa no período inicial de produção na DENTAUÁ. Esta tem aos fundos da fábrica um curso d'água, e de acordo com os dados da mesma, os resíduos industriais eram ali deixados. No entanto, além da poluição do óleo nas águas do igarapé, hoje este mesmo curso d'água sofreu um processo de encanamento com grandes tubos aos fundos da DENTAUÁ, que expande seu maquinário e desenvolvimento estrutural. (COSTA, 2015, p. 37).

A autora, no mesmo estudo, comenta ainda a incineração dos cachos já extraídos, no interior das refinarias.

Diante do exposto, é evidente que forças e mobilizações de poder econômico ainda orientam as políticas de desenvolvimento sustentável na região amazônica e, portanto, no município, ainda no caso dos estímulos estatais a cultura do dendê, desagregando contextos em prol de agendas que não coadunam, como proclamado, com demandas e potencialidades locais, imprimindo nas estratégias de gestão ambiental e alocação de recursos a onipresença do poder.

Pode-se ainda mencionar que fica evidente que as elites locais ligadas ao campo, mesmo em territórios de expansão antigas, como Santo Antônio, ainda detém forte poder econômico e político, que em muitos casos, se contrapõem aos princípios de processos de desenvolvimento local com bases sustentáveis.

A continuidade desses processos dominantes de ocupação e uso de recursos naturais, como o implementado com o Dendê no município via fortes incentivos de políticas públicas iniciados nos anos 60, podem ainda hoje serem percebidos nas mais longínquas fronteiras de ocupação na Amazônia, como a região do Sul do Pará, Sudeste do Amazonas, entre outras, onde exclusão social, expropriação de terra, e degradação ambiental são símbolos e rastros do processo.

Estes modelos ao longo do tempo transformam “invisíveis” processos tradicionais de produção de populações locais desempoderadas e sem poder econômico. E, ainda, forjam novas identidades que mascaram a importância de atores históricos, privilegiando e enaltecendo grupos dominantes tido como os “responsáveis

pelo desenvolvimento local

Diante da imersão destes aspectos da cultura da oleaginosa, os trechos do hino do município, que cantam "do continente africano, palmáceas vieram pelo mar, óleo tempero, dendê, és riqueza do Tauá" dificilmente conseguem associar o agronegócio da palma aos reais desdobramentos da monocultura no meio agrário do município, além de expressarem fabulosamente uma associação entre a atividade e a dimensão cultural de Santo Antônio do Tauá.

4.2. AGRICULTURA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

A respeito de difusões conceituais sobre o enquadramento teórico e institucional conferido a agricultura de pequenos estabelecimentos rurais e os sujeitos que constituem os territórios familiares destes modelos, como descrito por Neves (2005), pensamos esta pesquisa a partir da compreensão destes como agricultores camponeses.

Primeiro, por a agricultura camponesa ser proeminente na trajetória socioeconômica e espacial do município, assim, tratando-se de campesinato, estamos em convergência com Hobsbawn (1998) quanto ao equívoco conceitual de uma generalização, afinal ao de "falar em campesinato, nos referimos a um modo de vida específico" (Hébette, 2009) e que, na nossa perspectiva, insere-se simultaneamente tanto na sua trajetória como no contexto atual, socialmente, culturalmente, economicamente, politicamente e produtivamente.

Assim, aqui admite-se o campesinato abrangendo diversas dimensões de territorialização do camponês, elementos sociais materiais e imateriais na sua relação com a terra, com o saber cultural, econômico, político e social que determinam a construção de uma identidade e de sua territorialidade.

Pensando o campesinato simultaneamente como classe social e como um modo de vida, nas perspectivas de Santos & Teló (2011), ou seja, "faz parte do capitalismo e não está separada deste" (NASCIMENTO & ALBUQUERQUE, 2015, p.48).

Admitimos empiricamente a territorialização camponesa no município em estudo

considerando, para além das relações não capitalistas de produção, as interrelações com o mercado que ocorrem de maneira simultânea, se integrando ao tecido social e cultural ao passo que a construção das rodovias e os fluxos com localidades e mercados consumidores distantes integram à vivência camponesa do município “graus distintos de articulação ambígua com a modernidade” (WOORTMANN 1990, p. 14), ou seja, em diferentes *graus de campesinidade* nas perspectivas do autor.

Na atualidade, esta articulação com a realidade moderna, em níveis diferenciados, pressupõe um panorama produtivo e econômico cada vez mais diversificado e articulado em escalas diversas, precisamente no que Schneider & Conterato (2006) consideram como *pluriatividade*.

A articulação econômica do núcleo familiar produtivo camponês tauaense admitem para além da diversidade produtiva, diferentes escalas de articulação econômica com o mercado que envolvem desde a atividade hortifrutífera, até a criação de animais e atividades não-agrícolas articuladas ao contexto social, rompendo com concepções enraizadas num modelo de produção agrícola inerte no tempo e no espaço, fadado à *sub existência* da produção de *subsistência*, patamares acima, porém, funcionalizados pela produção para própria reprodução socioeconômica, podendo articular diferentes segmentos econômicos para otimização da atividade principal, ligada a terra.

Articulando com as dimensões acima pensadas, a incorporação da contribuição de Costa (2001) é fundamental ao acrescentar que

entende-se por *produção familiar rural*, ou *camponesa* aquela assentada sobre unidades de produção que têm na família seu parâmetro decisivo, tanto na definição das necessidades reprodutivas, quanto na extensão e intensidade do uso do trabalho. (COSTA, 2001, p. 77) (grifos do autor).

O elemento decisório assentado no núcleo da família como elemento central da produção camponesa faz surgir no debate aprofundamentos maiores que diferenciam este modelo dos padrões produtivos do agronegócio. Em última instância, os trabalhos de campo esclareceram que este parâmetro decisivo familiar é norteado pelo melhoramento do padrão de vida da família logo, do agrossistema em função das satisfações e almejos econômicos familiares (como a obtenção de um bem) mas não

em função de acumulação de lucro através do acúmulo de excedente econômico ou aproveitamento de mais valia.

A manutenção das possibilidades produtivas é orientada pela mão de obra familiar de maneira majoritária no estabelecimento familiar, elemento que funcionaliza não apenas a dimensão produtiva e econômica do território camponês mas também a dimensão social e cultural, notadamente intrínsecos a significação do trabalho neste modelo.

A configuração da família como unidade produtiva revela não apenas o lado produtivo em si do modo de vida camponês, todavia, reflete o simbólico e o cultural atrelado ao ato de produzir, uma vez compreendendo o espaço do trabalho como espaço de transferência e aprendizado de valores e saberes culturais entre gerações (vide as crianças observando o trabalho dos mais velhos). (NASCIMENTO & ALBUQUERQUE, 2015, p. 52).

A realização de trabalho envolve relações na escala comunitária ao envolver relações de "contrato de trabalho" entre agricultores em situações diversas, desde a necessidade de braços extras para não ter perdas numa colheita maior, substituição de um membro da família impossibilitado de trabalhar até atividades maiores em prol de um bem comunitário. Essa "contratação" não pressupõe venda de mão de obra assalariada dentro dos moldes capitalistas de reprodução econômica, afinal,

Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade da sua produção é vender um produto para comprar outro que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar. (TAVARES DOS SANTOS, 1984 *apud* NASCIMENTO & ALBUQUERQUE, 2015, p. 58).

Estes modelos de relação de trabalho engendrados na produção camponesa familiar instauram modelos antagônicos ao modo capitalista de estabelecer reprodução econômica através da mão de obra assalariada e apresenta uma face importante do processo sustentável de produtividade agrícola: a horizontalização econômica pela não concentração de renda.

É neste panorama diverso que a leitura dos diferentes padrões de territorialização e, por tabela, as diferentes trajetórias sociais no meio rural do município desaguam em particularidades produtivas mas também em coadunações entre estratégias de produção e seus horizontes: as comunidades destacadas a seguir apresentam diferenças profundas, desde o padrão histórico de formação socioespacial, o acesso a infraestrutura e mercados, subsídio agrícola até a demografia, influenciando diretamente nas escolhas produtivas.

Apresentam, porém, semelhanças fundamentais no modelo econômico doméstico de priorização das condições básicas de reprodução socioeconômica familiar em função da otimização do trabalho dos membros familiares, além da estabilização de área utilizada em detrimento do avanço a cobertura vegetal de maneira linear como historicamente a agricultura camponesa vem sendo enquadrada.

A opção empírica destes recortes priorizou, sobretudo, os padrões fundamentais que diferenciavam estes territórios como ponto central de investigação da validade de estabilização por meio da complexificação em realidades produtivas e sociais diferenciadas.

A Comunidade de Taperinha

A ligação via estrada de terra da comunidade com a PA 140 localiza-se na altura do Km 29, na vila de Patauateua, região quase limítrofe com o município de Vigia de Nazaré. A comunidade é uma das cinco ligadas à rodovia através do ramal do Bom Jesus. A comunidade é uma das cinco ligadas a rodovia através do ramal do Bom Jesus, distando 6km da PA.

A despeito da ligação via terra, a comunidade tem sua origem ligada ao padrão de circulação pelos rios, notáveis na Amazônia até o século passado. De acordo com Ataíde (2017) Taperinha surge por volta da segunda metade do século XIX as margens do rio Ubituba, o qual ligava o pequeno povoado a Vigia de Nazaré e possibilitava a comercialização de farinha de mandioca, produzida na comunidade, além de cupuaçu, uxi, açaí, laranja, abacate, castanha-do-pará, pupunha e outras na feira de Vigia. O rio representava ainda a possibilidade da pesca como incremento na alimentação dos

moradores.

A chegada dos moradores e fixação destes que gradativamente deram contornos a comunidade efetivou-se anteriormente as estratégias do poder público de uma colonização agrícola mais ordenada do nordeste paraense. Isto determinou o perfil produtivo, fundiário e socioeconômico da comunidade de forma particularizada em relação a maioria da região, marcado notadamente pela relação desta com o rio, abrindo diferentes interfaces de relação dos estabelecimentos com a natureza.

Atualmente, as atividades agrícolas desenvolvidas se efetivam em estabelecimentos camponeses, com média de 5 hectares. Estas apresentam ainda pequenas variações de área plantada entre os estabelecimentos, o crescimento vegetativo dos últimos vinte anos impõem a necessidade de incorporação de mais superfície plantada de maneira gradativa e, por fatores diversos, criam trajetórias ora paralelas ora convergentes nos agrossistemas.

Neste contexto, as hortas (juntamente com a variável *hortas com permanentes*) aparecem em quantidade significativa dos estabelecimentos e da área plantada (>60%). As culturas permanentes (considerando a presença em estabelecimentos que trabalham com horta e roça) respondem pelo cultivo de limão, pupunha, coco, laranja, açaí e mandioca, na extensão de área plantada e quantidade de estabelecimentos são culturas superadas apenas pelas hortas.

As roças aparecem em superfícies menores respondendo por parcela pequena de comercialização, tendo sua produção destinada basicamente para o consumo local e venda para comunidades próximas além da feira de Vigia. A categorização que reúne as três atividades se encontra em número quase insignificante de estabelecimento e área utilizada, transitando para a eliminação de uma das culturas.

A prevalência de hortas se expressa principalmente em estabelecimentos mais recentes, originários a partir de partilha entre famílias (especialmente casamentos) e de direito a terras por herança. Se faz presente nas tecnologias produtivas o uso coadunado de adubos químicos e orgânicos, emprego de agrotóxicos, demandam irrigação constante, por tratar-se de culturas altamente sensíveis. Em função também

das hortaliças apresentarem flutuações de preço muito variáveis são sempre associadas a culturas permanentes como meio de segurança econômica do estabelecimento.

A idade do plantio na mesma área varia até cinco anos, o ciclo de pousio com variação média de dois anos, junto com o custo técnico e necessidade de maior emprego de trabalho familiar são elementos que sugerem uma estabilização de área plantada em detrimento do avanço contra áreas de floresta primária e secundária.

A presença das culturas permanentes figura como estratégia de segurança econômica a médio e longo prazo além de representarem entrada de recurso financeiro em diferentes épocas do ano. Notadamente por isto, o cultivo de pupunha apresenta-se como significativo em função de seu valor de mercado, situação similar ocorre nos plantios de açaí e banana. Na comunidade, o teto de idade dos plantios de culturas permanentes na mesma área chega a até 15 anos, e idade indeterminada nas situações de incorporação de área de outros plantios (de hortas ou de roças), substituição efetivada em função da variação de ganho econômico.

Esta variação temporal das culturas aliada as flutuações de preços de culturas perenes são compensadas internamente pela variabilidade de cultivos por estabelecimento em todas as propriedades visitadas que mantêm plantio neste segmento, mesmo em coexistência com outras culturas. Em entrevista com Dona Odilene, agricultora há mais de 30 anos e filha da comunidade, constatou-se que a diversidade dos arranjos produtivos na propriedade foi significativa para a seguridade econômica da família na “crise da pupunha”, mesmo seu estabelecimento mantendo 4 tarefas de roça. Neste caso, específico, ao enfrentar a vulnerabilidade do mercado da pupunha, a produção de coco serviu para garantir os padrões de segurança alimentar e econômica da família.

Observou-se que embora o cultivo de mandioca tenha tido importância econômica histórica, este tem sofrido retração significativa nas últimas décadas tanto em função da concorrência com outros mercados que também abastecem Vigia de Nazaré como também do aumento de área plantada dos segmentos acima citados. Apesar da diminuição, os plantios de roça são presentes em quantidade notável dos

estabelecimentos mesmo com área retraída, apresentando sistemas que datam de até vinte anos de plantio.

Com exceção de um estabelecimento, de Seu Pedro, menor do que a média dos outros (200 x 500m) e localizado em área mais baixa e a margem do rio Ubituba, todos apresentam área plantada (incluindo as áreas destinadas ao pouso) de até 50% do estabelecimento, com cultivos que variam até 35 anos. As áreas restantes são coberturas de floresta primária e secundária, esta última formada a partir da incorporação de outras áreas para o plantio dentro do recorte temporal mencionado.

Atualmente, a comunidade possui 28 famílias que totalizam cerca de 130 habitantes (Ataíde, 2017), todas, de alguma forma, exercem alguma atividade ligada à terra, seja na maioria que obtém renda exclusivamente da agricultura com participação pequena de benefícios sociais (Bolsa Família, por exemplo) ou aposentadorias, ainda há famílias que complementam a renda trabalhando periodicamente em outros estabelecimentos ou em ocupações não agrícolas, ligadas ao funcionalismo público mas que são do mesmo núcleo familiar em que parentes ou mantêm os plantios da família ou trabalham em regime de empeleita nos estabelecimentos de outrem. As relações de trabalho e produção giram em torno do núcleo familiar.

Este é um indicativo importante de equidade e horizontalidade dos ganhos econômicos obtidos da atividade agrícola, a manutenção deste indicativo perpassa ainda pela posse dos meios produtivos e controle da comercialização, que é viabilizada e efetivada pelos próprios moradores na feira de Vigia (principal mercado consumidor), desde o traslado pela estrada em parceria com comunidades vizinhas até a chegada na feira, onde são vendidos pelos próprios agricultores.

A diversidade dos agrossistemas permite uma maior autonomia de gestão de crises e sinistros em alguma ou outra cultura. Uma constatação interessante foi que as respostas dadas aos questionamentos sobre por que não avançar as áreas plantadas (portanto o plantio) contra as áreas de cobertura vegetal primária perpassavam duas dimensões importantes, a despeito da categorização do agrossistema: a mais pertinente dizia respeito a uma "consciência ecológica" que, dado o valor de uso e não de troca que os moradores atribuem aos bens naturais acabava por não gerar cobiça

pela expansão de área plantada.

A origem dessa racionalidade parece ser muito mais ligada a vivência cotidiana no campo e compreensão dos bens naturais como condição fundamental de sobrevivência e componente essencial do modo de vida local, portanto, demandado de manejo adequado, de uma consciência ecológica mais intrínseca de um discurso ambiental externo, midiático.

Outra nuance interessante que norteava as respostas a este questionamento incorporava a insuficiência de mão de obra familiar para manejar novas áreas de cultivo: os desafios diante de uma crescente necessidade econômica eram superados através da diversificação do agrossistema em função de cultivos com atrativo valor de mercado, eis a crescente atenção dada aos cultivos de açaí, por exemplo.

A dificuldade (e inacessibilidade para muitos) de acesso a financiamento público destinado ao segmento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Grupo B, gera descrédito na comunidade, pela burocracia, prazos e pelos valores disponibilizados. Fato que ajuda a entender a baixíssima recorrência ao programa por parte dos agricultores, mesmo este segmento creditício apresentando condições melhores em comparação com outras linhas de crédito.

A comunidade de João Coelho

Considerada uma das comunidades mais proeminentes no cenário agrícola do município, João Coelho está localizada no que seria a 9ª Travessa, via que já leva o nome da comunidade e toca a PA 140 na altura do km 25, servindo de interligação com outras travessas e comunidades de mesma essência socioeconômica.

A abrangência em termos de produtividade é tamanha que segundo entrevistas realizadas em 2017 com técnicos da Emater só na comunidade são assistidos 93 estabelecimentos, e com servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará) que atendem a estabelecimentos com até 10 cabeças de gado (de acordo com o recorte deste trabalho) afirmaram somar 6 estabelecimentos nesta categoria. Os dados comunitários ligados a Igreja Católica por meio da Comunidade de

Santa Luzia indicam a existência de 150 famílias ligadas a comunidade.

A origem de João Coelho remete ao padrão de ocupação que pensou o nordeste paraense como fronteira estratégica para a produção agrícola principalmente via abertura de ramais e estradas, na metade do século XX e carrega desta racionalidade, diferenciações importantes se comparada a Taperinha, por exemplo.

A ocupação da área principalmente por famílias nordestinas atraídas para a região pelas promessas de disponibilização de áreas agrícolas segue o mesmo padrão que deu origem ao município. O direcionamento de imigrantes para estas áreas e a facilidade de acesso a Belém-Brasília via terra condicionou dinâmicas demográficas e fundiárias próprias da região, fator que explica o acompanhamento da comunidade nas tendências gerais do restante do nordeste paraense no que tange ao crescimento das taxas de densidade demográfica e crescimento vegetativo.

A comunidade é composta por uma elevada quantidade de estabelecimentos advinda da fragmentação de propriedades maiores para divisões de herança, comercialização entre vizinhos e com terceiros, 6 hectares em média considerando fragmentações menores dentro dos estabelecimentos que respondem por plantios de familiares; há uma prevalência quase absoluta de utilização total da propriedade como área plantada, salvo casos de preservação de corpos hídricos (igarapés e cacimbas) explicada principalmente pela idade da fronteira, portanto, da propriedade, e da cronológica fragmentação desta em estabelecimentos menores.

Este quadro fundiário complexificado principalmente pelas divisões de áreas para filhos e herdeiros muitas vezes não impõe como obrigatoriedade a titulação da terra para todos os herdeiros ou moradores das propriedades, embora estes desempenhem atividade agrícola em áreas pré-definidas em acordos familiares. Observou-se em campo que muitos estabelecimentos são compostos por diversos plantios de irmãos em áreas separadas, mas que compõem uma única propriedade, como também pela fusão de estabelecimentos vizinhos de uma mesma família e divisões internas acordadas dentro do seio familiar.

A segurança fundiária reside dentro de acordos tácitos e relações sociais que

muitas vezes não são esmiuçadas em cartórios, mas que garantem uma seguridade territorial e maior firmeza no investimento e nas opções técnicas manutenção do agrossistema. Esta complexificação do uso de áreas para plantio é ligada intimamente ao uso quase total da área das propriedades em mais da metade dos estabelecimentos visitados, coexistindo com estabelecimentos que mantêm entre 40 e 50% da área como florestas primárias ou secundárias.

A sutil variação de modelações agrícolas em torno da variabilidade de culturas é, neste trabalho, hipoteticamente associada a possibilidade de emprego maior ou menor de mão de obra por estabelecimento, quando há mais membros da família dispostos a trabalhar observa-se uma tendência a variar as culturas na área plantada.

Em conversa com chefes de família da Família Lima, observou-se a produção de hortaliças é quase hegemônica e varia apenas em torno da manutenção da própria horta através da incorporação da roça apenas como cultura recuperadora da fertilidade da terra "cansada" pela horta em períodos mais curtos de pousio com duração média de um ano. Naturalmente, este é um privilégio aos estabelecimentos que dispõem de mais membros familiares ou possibilidades econômicas de incorporarem mais braços e que, logo, comportam simultaneamente o pousio da roça ao lado de áreas ativas por hortaliças.

Comparando estes estabelecimentos com outros de mesma ou similar superfície de propriedade e área plantada, mas administrados por famílias menores, observou-se que o tempo destinado ao pousio era maior em função da concentração de trabalho nas áreas ativas do agrossistema (entre dois a três anos), o mesmo em estabelecimentos com orçamento limitado e possibilidades mais restritas de incorporar mão de obra externa.

Além da mão de obra como vetor de diferenciação da modelagem dos agrossistemas, algumas disparidades socioeconômicas entre estabelecimentos camponeses também interferem na trajetória e incorporação de outras culturas. Coadunando com as contribuições de Schneider & Conterato (2006) sobre pluriatividade do cerne produtivo e econômico camponês, observou-se que

estabelecimentos mais diversos, com áreas significativas (10 a 30%) destinadas a culturas permanentes como mamão, coco, limão, feijão são mantidos economicamente também por atividades de comércio (mercadinhos) ou parte da família empregada em atividades não agrícolas, como funcionalismo público, o que mantém a "contratação" de trabalhadores rurais para suprir a ausência de membros da família, em todo caso, a obtenção de renda de atividades não agrícolas é destinada a manutenção da produtividade ligada a terra, atividade com maior participação na geração de receitas nestes modelos de estabelecimento.

Além das possibilidades econômicas e de emprego de mão de obra como estratégias de uma produção agrícola que utiliza quase a totalidade das propriedades em mais da metade dos estabelecimentos, um outro fator de demanda este cuidado gira em torno da limitação com outras comunidades menores.

Considerando que os estabelecimentos plantam apenas hortaliças ou estas em áreas maiores com outras culturas, a utilização de adubo orgânico e químico é presente em todas as categorizações dos agrossistemas feitas acima, na mesma medida do emprego de agrotóxicos, a única variável que suspende o uso deste é a flutuação dos preços das hortaliças no mercado, o que muitas vezes não compensa financeiramente o emprego de agrotóxicos nos plantios.

A geração de renda, em todas as categorizações econômicas acima, transita dentro da comunidade majoritariamente em função da atividade agrícola, em conversa com Seu Irandir, concluiu-se que diariamente a comunidade envia cestos de hortaliças para a feira do Entroncamento, em Belém e até três vezes por semana para a Central de Abastecimento do Pará (CEASA) e para o mercado Ver-O-Peso no centro de Belém.

O traslado é feito por agricultores em parcerias com outros que dispõem de transporte maior (ônibus adaptados ou pequenos caminhões) ou em camionetes próprias, a comercialização na CEASA é realizada por relação direta entre

consumidores e produtores, diferentemente da comercialização com terceiros nos mercados do Entroncamento⁴ e Ver-O-Peso.

A variação de idade dos plantios em mesma área apresentam variações extremamente diversificadas, o teto chega a 40 anos por estabelecimento, considerando uma rotatividade de área neste intervalo, esta variação ocorre em função da extensão total da área. A diversificação temporal é explicada tanto pela fragmentação de estabelecimentos maiores como por pousios longos que antecederam a comercialização de áreas que posteriormente passaram a ser replantadas.

Apesar dos custos produtivos das hortas e da sensibilidade do cultivo, esta ainda figura com rentabilidade alta (em função principalmente do volume comercializado e escoado) e inibe uma diversificação mais aprofundada do agrossistema, mantendo as estratégias de conservação da fertilidade do solo ao patamar de pousio e variação com as roças, corroborando para poucas superfícies destinadas a culturas permanentes, as crises que afetaram os agrossistemas de João Coelho são mais associadas a oscilações de preços do que sinistros agroprodutivos.

É notável, como em Taperinha, um descrédito quase absoluto dos agricultores entrevistados no que concerne as políticas de apoio creditício ao pequeno produtor, em voga, o PRONAF. No mesmo contexto de relatos sobre embargos burocráticos e dificuldade de financiamento para propriedades e plantios menores, observou-se que diferentemente de Taperinha, a mobilização dos agricultores através de Associação seja para o aluguel de máquinas para manutenção do ramal, compra de minerais para correção do solo e outros benefícios tem sido um meio autônomo e eficaz por parte dos agricultores face as demandas da comunidade.

O único apoio veio por parte da Prefeitura, porém mais em caráter de política governista que institucional através da disponibilidade periódica de maquinários, insumos e apoio logístico.

⁴ Importante feira popular localizada na confluência de vias importantes da cidade de Belém: Avenida Almirante Barroso, Pedro Álvares Cabral e Rodovia Augusto Montenegro.

5 – ESTABILIZAÇÃO TERRITORIAL DA AGRICULTURA CAMPONESA EM SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

Notadamente, o esforço de análise sistêmica empregada neste trabalho possibilitou compreender como aspectos históricos, econômicos, fundiários e sociais influenciam diretamente no perfil dos agrossistemas familiares e em padrões mais contextuais e holísticos da ideia de sustentabilidade, muito além da leitura em termos estritamente agronômicos e generalizados.

A associação dos modelos produtivos dos estabelecimentos das duas comunidades a algum enquadramento teórico que procure investigar os limites sustentáveis das práticas socioprodutivas será pensada *a priori*, nos condicionantes reunidos anteriormente por Hurtienne (2005) a partir dos discursos clássicos do ciclo de fronteira e atribuição da agricultura familiar a degradação ambiental.

O condicionante ecológico responsável por servir de empecilho técnico à permanência da agricultura de pequenos estabelecimentos na área pela alta taxa de pluviosidade seguida pela lixiviação em solos já pobres e ácidos não foi suficiente para funcionalizar o avanço de fronteiras antigas como em João Coelho rumo a novas frentes de exploração.

As variações de área plantada na comunidade, mais que em Taperinha (em função da colonização ordenada) percorreram áreas dentro dos estabelecimentos e avançaram gradativamente contra coberturas vegetais dentro da área da propriedade, salvando ainda as que mantêm área de cobertura vegetal primária.

Um ponto fundamental foi a constatação de que a agricultura de pousio, realizada em graus variáveis nas duas comunidades, representa um sistema muito

mais complexo e estável que a ideia superficial de agricultura itinerante supõe e atribui a prática, considerando a importância tanto de outras culturas na manutenção do "descanso da terra" como a importância de áreas destinadas ao pousio por tempo maior sem implantação de alguma cultura.

A manutenção ecológica dos plantios de estabelecimentos complexos aproveita ainda a mata secundária como vetor de equilíbrio ecológico do agrossistema, conforme analisa Hurtienne (2004;2005). Esta importa para a manutenção de propriedades ecológicas outrora providas pela mata primária mas que agora são garantidas ao agrossistema através das matas secundárias.

As duas principais funções da vegetação de pousio para a manutenção da produtividade econômica das terras agrícolas consistem na acumulação de biomassa, cujo estoques de nutrientes são liberados para a lavoura através do fogo, e na contenção de ervas daninhas e pestes que imigram para a área durante o ciclo de cultivo anterior (DENICH; KANASHIRO, 1995) (HURTIENNE, 2004, p. 211).

A relação entre agricultura camponesa e mata secundária através do pousio resulta ainda em taxas de evaporação próximas as de floresta primária e incontestavelmente mais alta que de pastagens por tratar-se de vegetação de rápido desenvolvimento, até 23% mais rápido que floresta primária absorvendo 80% de água, apenas 10% a menos que florestas primárias, além disso, a vegetação secundária limita a lixiviação nos períodos de superávit de chuva, nos períodos de seca, as raízes profundas desta vegetação mantém a água a níveis razoáveis de umidade no solo evitando o déficit de água e nutrientes (HÖLSCHER 1995 *apud* HURTIENNE 2004).

As capoeiras, entendidas como

áreas de variadas dimensões, as quais se encontram em estágios diferenciados de formação florestal em ecossistemas alterados de modo radical por ações produtivas resultantes das decisões de camponeses, de fazendeiros e de empresas latifundiárias (COSTA, 2004 pp. 115).

Representam em Taperinha e João Coelho uma funcionalidade atrelada ao modo de produção agrícola: basicamente, a "formação de biomassa para aproveitamento na agricultura" (COSTA, 2004, p. 119) dentro do que o autor interpreta como resultado da interrelação entre o tempo próprio de avanço natural do ecossistema com o tempo produtivo destinado ao pousio.

Interpreta-se, a partir destes apontamentos, uma ruptura com a contabilização do pousio como técnica associada a agricultura nômade e irracional, na mesma medida em que observa-se em campo uma importância produtiva fundamental para áreas diante de uma análise superficial, seriam consideradas como resíduos de cultivos mal sucedidos.

O possível encurtamento do ciclo de pousio ou a incorporação de novas áreas para plantio dentro dos estabelecimentos familiares, em João Coelho, representam uma mudança mas não fluiu para uma precariedade dos agrossistemas em função da integração crescente ao mercado e do crescimento populacional, o que desaguardaria em tese, na incorporação destas áreas pela pecuária ou por setores agrícolas mecanizados.

Observou-se, todavia, que os agricultores de ambas as comunidades encontraram saídas produtivas que driblaram os impedimentos ecológicos a despeito de uma cristalização de práticas agrícolas pensadas anteriormente por instituições e pesquisadores, desviando tanto da intensificação do uso por área como de crises agrícolas ou econômicas no estabelecimento.

Em medida similar, os condicionantes econômicos relacionados a falta de infraestrutura adequada, alto custo de escoamento e falta de acesso a crédito e assistência técnica também limitam a tendência de avanço constante da produção familiar rumo a novas áreas e reprodução do ciclo.

É notável, nas falas dos camponeses de João Coelho principalmente, que os obstáculos econômicos inibem em graus consideráveis a produtividade agrícola do município: a conversa com agricultores da família Lima, responsáveis por 4 tarefas destinadas ao cultivo de hortaliças, em João Coelho deixou claro a preocupação em perder mercado na Grande Belém para a concorrência com agricultores longínquos mas com amplo apoio institucional de prefeituras, como os de Curuçá, diante desta e de outras ameaças, a mobilização através de associações foi uma saída encontrada pelos camponeses na busca de protecionismo econômico e fortalecimento da produção interna.

A estabilização atinge, para além do nível agrícola, um patamar socioeconômico de geração e horizontalização de renda tanto na cadeia produtiva quanto na comercial, João Coelho expressa que o trabalho familiar nas propriedades camponesas articulado ou não com outras atividades econômicas é um contraponto a ideia de que crescimento econômico no campo é inerente a relações trabalhistas baseadas no trabalho assalariado em médios e grandes empreendimentos altamente capitalizados. Em perspectiva similar, observou-se que a geração de renda atrelada a força de trabalho da família é um componente fundamental do orçamento doméstico em Taperinha.

Em Taperinha não há uma formalização destes acordos internos de ajuda mútua em associações ou qualquer forma de organização, o que não pressupõe inércia dos agricultores. Através de parcerias estes escoam sua produção em veículos próprios rumo aos mercados de Vigia.

Em ambas as comunidades, a presença rarefeita de técnicos agrícolas não representa um obstáculo para a manutenção das potencialidades produtivas mas é entendida, segundo as entrevistas, como uma possibilidade promissora para a otimização da produção: apesar dos dados da Emater na sede do município apresentarem relatórios de 93 estabelecimentos visitados em João Coelho, os agricultores entrevistados relatam pouca efetividade do serviço em visitas muito pontuais.

A posse e titulação da terra, pensada por Hurtienne (2005) como condicionante jurídico essencial para a estabilização ou não dos estabelecimentos menores é compreendida aqui na mesma importância. Diante da seguridade fundiária observada nas duas comunidades considerando suas particularidades históricas, é notável que esta representa uma necessidade de trato mais cuidadoso a médio e longo prazo com o principal recurso do modelo de produção, a terra, portanto, um condicionante essencial de manutenção da sustentabilidade dos estabelecimentos rurais na região e contenção de um dos padrões de desmatamento.

Em comparação com fronteiras antigas, Costa (1992, 1996, 1997) verifica que a instabilidade fundiária e as tensões territoriais configuram uma dinâmica que tendem ao

emprego de técnicas mais danosas ao meio pela própria instabilidade pressupor a incorporação das áreas beneficiadas (e neste interim, esgotadas) pelos pequenos agricultores pelos agentes capitalistas, seja na pecuária ou monocultura, condição que invalida a noção de ciclo de fronteira como padrão básico de dinâmica agrícola da pequena agricultura na Amazônia.

Estas conclusões são coadunam com as de Freitas (1999), em seus estudos sobre sustentabilidade camponesa no Maranhão, ao pensar que um dos fatores fundamentais para se pensar a sustentabilidade (ou não) dos estabelecimentos camponeses é a segurança fundiária do estabelecimento:

A falta de sustentabilidade da maioria dos sistemas de cultivo dos camponeses do Maranhão, portanto, não deve ser atribuída exclusivamente a uma suposta ineficiência tecnológica e econômica do processo produtivo agrícola, mas, também, à concentração de terras nas mãos de uma minoria de latifundiários, visto que a restrição ao acesso à terra, que afeta as novas gerações de camponeses, deve-se à estrutura agrária vigente, que se caracteriza pelo predomínio de grandes propriedades latifundiárias. (FREITAS, 1999, p. 166).

Tratando-se de comunidades, principalmente no caso de João Coelho, com expressiva densidade demográfica e integração ao mercado, torna-se insuficiente enquadrar os estabelecimentos agrícolas familiares num esforço teórico baseado na ideia de uma agricultura miserável, itinerante de *subsistência* como tem-se pensado a produção agrícola camponesa na Amazônia, na medida em que constata-se em campo que os estabelecimentos representam um estágio evolutivo pautado na complexificação e otimização do uso de área plantada tanto através do emprego estratégico do trabalho familiar, rotação de área dentro da propriedade e balanceamento de insumos químicos e orgânicos.

A hipótese de tradições agrícolas não adaptadas aos contextos ecológicos da Amazônia, condicionamento social atrelado ao ciclo de fronteira demonstrou ter validade limitada.

De imediato esta hipótese tem força explicativa principalmente se associada a racionalidade desenvolvimentista e ao padrão de ocupação via estradas que durante a segunda metade do século passado, que penetraram a floresta trazendo consigo agricultores e tantos outros segmentos e empreendimentos produtivos inseridos na

Amazônia num contexto em que desmatamento se associava a progresso.

No entanto, como demonstrou-se diversos momentos no decorrer desta pesquisa, as trajetórias sociais sobretudo as camponesas não apresentam um estágio cristalizado de reprodução socioespacial, um congelamento temporal, mas são dinâmicas e interagem continuamente com fatores internos ao estabelecimento como desafios ecológicos, econômicos e territoriais, como externos ligados por exemplo a inserção nos mercados.

Pressupõe-se, portanto, uma adaptabilidade tanto num primeiro momento, em função de

As populações, que em grande parte haviam migrado do Nordeste, haviam aprendido a conviver com a floresta, se apropriando do saber das populações indígenas acerca das ervas medicinais, frutos aromáticos e comestíveis, além de venenos como o timbó, que facilitavam a pesca etc. (GONÇALVES, 2012, p. 104)

Como na atualidade, o conhecimento local sobre a natureza e a imbricação deste nas práticas agrícolas representam uma divisão apenas no nível conceitual acadêmico, na realidade, fazem parte de um todo sistêmico que integra tanto o agrossistema quanto os saberes da floresta e a cultura ligada ao ato de produzir e utilizar-se dos bens oferecidos pela natureza, numa constante dinâmica. Encontra-se uma confluência nas palavras de Toledo & Barrera-Bassols, afinal

O fenômeno resultante é um processo histórico de acumulação e transmissão de conhecimentos, não isento de experimentação, que toma a forma de uma espiral em várias escalas espaço-temporais: desde a do próprio produtor já que durante cada ciclo produtivo sua experiência se vê paulatinamente incrementada sobre a base do aprendido no ciclo imediatamente anterior, até a da comunidade cultural, já que o conhecimento vai se aperfeiçoando (e adaptando) geração pós-geração, à realidade local de cada presente. (TOLEDO & BARRERA-BASSOLS 2009, p. 36).

Nas duas comunidades, esta assertiva é implícita nas práticas cotidianas: os obstáculos agroecológicos enfrentados no início do processo de ocupação não representaram uma irracionalidade produtiva que pressuporia uma postura inerte dos agricultores, porém representaram um aprendizado agregado diariamente do sistema que interage e interfere na produtividade agrícola e trata com os bens naturais disponíveis.

A imagem a seguir exemplifica esta assertiva através do uso de palhas secas nas leiras de plantação de hortaliças para mitigar os efeitos das precipitações sobre o solo adubado e conter a lixiviação e perda dos nutrientes aproveitando, no entanto, a energia solar diária.

Fotografia: Palhas secas utilizadas para conter a lixiviação e aproveitar a luz solar, em João Coelho.



FONTE: Trabalho de campo (10/02/2017)

É preciso ressaltar que os fatores de estabilização até aqui lidos resultam de iniciativas de gestão e cooperação entre os agricultores das duas comunidades a respeito da ineficiência de apoio do poder público. Apresentam em seu seio uma alta potencialidade de desenvolvimento constada nesta pesquisa já pela insubordinação territorial e produtiva ao assalariamento em empreendimentos capitalistas.

Vive-se o constante aperfeiçoamento de técnicas e valores culturais através do trabalho familiar na terra e distribuição equitativa da renda porém em um cenário de receitas baixas, limitada capacidade de investimento e inovação em função das omissões de fomento público ao pequeno produtor, necessidade de investimento

próprio no escoamento da produção, obtenção de insumos agrícolas e assistência técnica escassa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com ambições sucintas, buscou-se entender como esforços teóricos importantes estavam relacionando o modelo camponês de produção com o quadro de degradação de bens naturais. As leituras apontaram para uma lente de análise que desconsiderava variáveis importantes como aspectos socioespaciais, econômicos e culturais nas relações entre produção e bens naturais, bem como as relações sociais estabelecidas no meio produtivo camponês.

As colocações de autores como Penteado (1967) foram fundamentais no que tange aos primeiros momentos de colonização e efetivação da fronteira agrícola no nordeste paraense, identificando detalhamentos geográficos e ecológicos que baseiam muitos estudos na atualidade, além de contribuírem para uma primeira caracterização das relações agroecológicas na região em estudo, convidando sempre a uma revisitação teórica e empírica da dinâmica destas relações.

Nesta perspectiva, a análise de João Coelho e Taperinha num esforço sistêmico de integrar elementos históricos, sociais, ecológicos e econômicos na análise da evolução das trajetórias dos agrossistemas indica imediatamente uma dinâmica atualizada constantemente diante do aprimoramento de estratégias camponesas frente a instabilidades econômicas e produtivas, demonstrando que há uma tendência diferenciada da ideia de ciclo de fronteira pensada para a Amazônia de forma geral.

Estes indicativos partem da autonomia (re)produtiva camponesa diante de agentes adversos, como o agronegócio e a escassez de fomento estatal, num contexto que rompe com os discursos de proletarização linear do pequeno produtor camponês ao grande capital no campo e atribuição da irracionalidade produtiva e degradação

ambiental aos estabelecimentos familiares.

Em contrapartida, o agronegócio do dendê surge posteriormente da consolidação das fronteiras camponesas, num discurso que insere Santo Antônio do Tauá no ranking nacional de produção de óleo de palma ao alto custo social e ecológico, ampliando novamente o debate sobre a fricção do modelo produtivo do agronegócio e os desafios da sustentabilidade.

As reflexões sobre sustentabilidade e agrossistemas precisam incorporar as diferenciações econômicas e sociais na análise para satisfazer os questionamentos sobre sustentabilidade econômica e produtiva.

Duas coisas têm marcado a discussão ambientalista recente sobre a Amazônia. A primeira é que, curiosamente, a discussão sobre o agrário, nessa ótica, tem-se feito sem maior interação com a discussão sobre sustentabilidade. A segunda é que as noções de sustentabilidade, quando acionadas, estão bem pouco impregnadas de conteúdo social. Em termos formais: os modelos que têm orientado a discussão sobre o uso agropecuário e extrativo dos recursos naturais não incorporam os resultados dos modelos que operacionalizam noções de sustentabilidade, os quais, por seu turno, têm tido dificuldade de internalizar variáveis que explicitem as determinações econômico-sociais na conformação, desenvolvimento e crise dos sistemas ecológicos. (COSTA, 200b, p. 102).

A abordagem holística destas relações entre diferentes modelos de produção agrícola e os bens naturais proporcionam a incorporação de variações e de outras interpretações sobre ganho econômico e sustentabilidade produtiva e ecológica, rompendo com a ideia de modelos estruturalmente capitalistas de realização do trabalho no campo como vetor de desenvolvimento e incorporando a horizontalização da renda no modelo camponês de realização do trabalho como uma estratégia democrática, flexível e diferenciada de reprodução socioeconômica e realização do trabalho, comparado ao agronegócio por exemplo.

As reflexões aqui propostas sobre esta relação sistêmica dos agrossistemas e a necessidade de novos enquadramentos teóricos e políticos no que tange ao desenvolvimento sustentável fazem crer que

As instituições que fazem as políticas públicas orientadas para a sustentabilidade devem considerar os sistemas produtivos em desenvolvimento, avaliando-os tanto pelo seu potencial de sustentabilidade, quanto pelo seu peso na realidade econômico-social em questão – no seu sistema agrário. Por seu turno, o potencial de sustentabilidade deve incorporar

tanto a perspectiva privada de economicidade quanto os atributos sistêmicos que informam quanto à sua resiliência – diversidade, equidade e densidade. (COSTA, 2000b, p. 117).

Propõe-se que a necessidade de abordagens teórico e metodologicamente mais amplas são imprescindíveis para abstrair elementos do agrossistema familiar responsáveis pela manutenção da sustentabilidade, elementos que transcendem a análise técnica de plantios e práticas, que incorporam decisões socioeconômicas em momentos de crise, de auge produtivo, de emprego de mão de obra e de escolhas sobre culturas e áreas.

A análise da formação socioespacial destes sujeitos é um fator importante para compreender as escolhas feitas hoje e as tendências, sempre numa constante dinâmica e interação com elementos externos ao sistema, como as políticas públicas e as tensões territoriais não apenas de caráter fundiário, mas político e econômico, nas perspectivas de Hurtienne (2005), conclui-se a necessidade de um enfoque sistêmico.

A partir destes elementos, as abordagens teóricas darão luz a um horizonte de eficácia e eficiência de políticas públicas de desenvolvimento sustentável, fortalecimento de práticas e iniciativas locais e democratização da renda.

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, Noeli Furtado Rodrigues. **Usos múltiplos dos recursos hídricos em atividades produtivas:** um estudo da comunidade de Taperinha, Santo Antônio do Tauá-PA. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente, Belém, 2017.

CONCEIÇÃO, M. **Políticas e colonos na Bragantina, estado do Pará:** um trem, a terra e a mandioca. 1990. 319f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

COSTA, F. de A. **Agricultura familiar em transformação na Amazônia:** o caso de Capitão Poço e suas implicações para a política e o planejamento agrícola regional. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 27, nº 4, p. 633-672. 1996.

COSTA, F. de A. Diversidade estrutural e desenvolvimento sustentável: novos supostos de política de planejamento agrícola para a Amazônia. In XIMENES T. (Org.). **Perspectiva do desenvolvimento sustentável:** uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: NAEA/UFPA, p. 225-270, 1997.

COSTA, F. de A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia.** Belém: NAEA-UFPA, 1992.

COSTA, F. de A. **Formação agropecuária da Amazônia:** os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA, 2000a.

COSTA, Francisco de Assis,; et al. **Agricultura familiar em transformação no Nordeste Paraense:** o caso de Capitão Poço. Belém: NAEA-UFPA, 2000a. 272 p.

COSTA, Francisco de Assis. **Indicadores de prioridade para políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento sustentável na Amazônia:** Uma construção orientada a sistemas de produção do Nordeste Paraense. Belém. Novos Cadernos Naea V. 3, N. 1 - P. 101-118. 2000b

COSTA, Francisco de Assis. **PATH dependency e a transformação agrária do bioma amazônico:** o sentido econômico das capoeiras para o desenvolvimento sustentável. Belém. Novos Cadernos NAEA v. 7, n. 2, p. 111-158, 2004.

COSTA, Francisco de Assis. **Programa de Fortalecimento Da Agricultura Familiar (PRONAF) na Região Norte:** contexto e impactos. Belém. Novos Cadernos NAEA, v. 4 nº 1. p.73 – 102. 2001.

COSTA, Francisco de Assis. **Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre agricultura familiar na Amazônia.** Belém: NAEA/UFGPA, (Paper do NAEA, nº 12). 1994.

COSTA, M. M. da. **A dendeicultura no município de Santo Antônio do Tauá,** 2015, 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

COUTO, A. C. O.; SOUSA, R. B.; MACEDO, C. O. **A Fronteira do Dendê na Amazônia: O Caso do Nordeste Paraense.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, 15 a 19 de outubro de 2012.

DELGADO, N. G. **Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação burocrática do meio rural.** Belém. Novos Cadernos NAEA, v. 15, nº 1. p. 85-129. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os usos da terra do Brasil: debates sobre políticas fundiária.** – 1ª ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014 (Vozes do Campo).

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew, GOLÇALVES, Elienai Costantino. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial.** [S.l.: s.n.], 2010.

FREITAS, A. C. R de. **A crise ecológica na agricultura familiar do estado do Maranhão: contribuições para um debate.** Belém. Novos Cadernos NAEA, vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias.** 3ª edição – São Paulo: Contexto, 2012.

GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense.** Belé: UFPA/NAEA, 2001.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO, Rosa. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In COSTA, J. M. M. (Org.). **Amazônia: desenvolvimento e ocupação.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, p. 141-191. 1979.

HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edna Silva. Metamorfoses de um Campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu Paraenses. In: GODOI, Emilia Pietra fesa de.; MENEZES, Marilda Aparecida de; ACEVEDO, Rosa.(orgs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades.** V. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Os Camponeses e a Política.** In: *Pessoas extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HURTIENNE, T. P. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia.** Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.

HURTIENNE, T. P. **Análise socioeconômica dos sistemas de uso da terra por pequenos proprietários na Amazônia Oriental.** Novos Cadernos NAEA, v. 7, nº 2, p. 187 - 272, 2004.

HURTIENNE, T. P. **Ecologia tropical, agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável.** Ciência e Ambiente, nº 15, p. 70 -92, 1997/98.

HURTIENNE, T. P. **Agricultura familiar na Amazônia Oriental.** Novos Cadernos NAEA, v. 2, nº 1, p. 75 - 94, 1999.

ISHIZU, Tatsuo. **Imigração japonesa no Pará foi mais intensa ao longo do século XX.** Disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=5212>> acessado em 23 de outubro de 2014

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; SILVA, Fábio Carlos da. **Contribuição à interpretação da constituição do campesinato na zona bragantina do estado do Pará.** Belém: Papers do NAEA Nº 272, 2010.

NAHUM, João Santos; MALCHER, A.T.C. **Território, campesinado e dendeicultura na Amazônia:** um olhar sobre a micro região de Tomé- Açú. In SILVA, C. N. da (org) *et al* Sociedade espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense. 1 ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

NASCIMENTO, Antônio Arthur Cruz do, ALBUQUERQUE, Jadson. **O território camponês e o agronegócio do dendê na Agrovila de Santa Terezinha, Castanhal-PA,** 2015. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade do Estado do Pará, Vigia de Nazaré, 2015.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais:** os agricultores familiares em cena. Revista NERA, Ano 8, nº 7, pp. 68-93, Presidente Prudente, Jul./Dez. 2005.

OLIVEIRA, M.C..C. de; ALMEIDA, J.; SILVA, L. M. S. **Diversificação dos sistemas produtivos familiares:** reflexões sobre as relações sociedade-natureza na Amazônia Oriental. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 14, n. 2, p. 61-88, 2011.

PALHETA, I. G. V. **O uso da terra em Tauá-Vigia,** Estado do Pará. São Paulo: IGEO-USP, 1980, v.1.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e uso da terra na Região Bragantina do estado do Pará.** Belém: UFPA, v. 2, 1967.

RAMOS, Soraia. **Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil.** In SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. – 16ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, A. L. M. dos; TELÓ F. **O lugar do campesinato no capitalismo:** as múltiplas dimensões do processo de (re)criação de uma classe e de um modo de vida. **AGRÁRIA,** São Paulo, nº. 15 p. 145-170, 2011.

SCHMINK, M.; C.H. WOOD. 2012. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará.

SCHNEIDER, S. ; CONTERATO, Marcelo Antônio . Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: Guillermo Neiman; Clara Craviotti. (Org.). **Entre el Campo y la Ciudad - Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: Ciccus, 2006,

TOLEDO, Victor Manuel & BARRERA-BASSOLS Narciso. **A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais**. Curitiba. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009. Editora UFPR

VAN DER PLOEG, J, D. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WOORTMANN, Klaas. **“Com parente não se neguceia”** o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87. DF: Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.